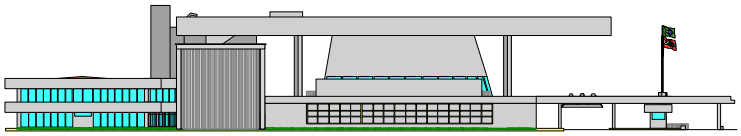
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX | FLORIANÓPOLIS, 14 DE MAIO DE 2009 | NÚMERO 6.035

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder:Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos – Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Pedro Uczai - Presidente
Elizeu Mattos - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grando
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 2035**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 039ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 13/05/2009.....2
Ata da 015ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 13/05/2009.....14

Publicações Diversas
Extrato.....20
Lei.....20
Ofícios.....21
Portarias.....21
Projetos de Lei.....23
Redações Finais.....23
Resolução.....24

P L E N Á R I O

ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral -Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Cardozo - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do ex-vereador Davi Leôncio, do município de São José e do ex-deputado Vânio de Oliveira.

Breves Comunicações

DEPUTADA ADA DE LUCA - Posiciona-se contra a lista fechada; apresenta dados e sugestões para a maior participação da mulher na política.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (aparte) - Endossa o pronunciamento da deputada Ada de Luca.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Manifesta preocupação com o consumo de *crack*; coloca à disposição do povo catarinense o Centro Terapêutico Vida, em Blumenau.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Mostra preocupação com a situação da estiagem; informa que solicitou ao governo federal a criação de bolsa estiagem para os agricultores atingidos pela seca.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Apresenta a comissão organizadora da Festa do Leite, que acontece em Presidente Getúlio, entre os dias 27 e 31 de maio.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita prioridade à fala do presidente do ACCT, Paulo Kons.

Partidos Políticos

DEPUTADA ADA DE LUCA - Fala da importância da realização do 9º WTTC em Santa Catarina.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Elogia o governador por ter viabilizado a realização do WTTC em Florianópolis; comenta reunião ocorrida no Centro Administrativo com o secretário Antônio Gavazzoni.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Ressalta o empenho de Luiz Henrique para trazer para o estado a WTTC.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Critica o aumento da tarifa do transporte coletivo em Joinville.

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO (a parte) - Questiona a transparência na planilha do transporte coletivo de Joinville.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Manifesta seu apoio ao Senado Federal, no ato de vigília em defesa da preservação da floresta amazônica.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença de André Gaidzinski, presidente do Cejesc.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do prefeito, vice-prefeito e presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Barra do Sul.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Cumprimenta o prefeito e vice-prefeito de Balneário Barra do Sul; anuncia a liberação de R$ 20 mil para o Conselho Comunitário do município.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença do ex-vereador e jornalista Dirlei Silva, de Brusque; destaca a presença de André Gaidzinski e Murilo Gouvêa dos Reis.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Registra a presença do prefeito de Morro da Fumaça, Baltazar Pellegrin, e sua comitiva; fala sobre o edital do DNIT referente à construção da Ferrovia Litorânea Sul.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Manifesta preocupação na escolha da empresa que construirá a ferrovia.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Parabeniza o deputado Valmir Comin pelo pronunciamento; informa do estágio da licitação do projeto de engenharia para construção da ferrovia.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Procede à leitura de carta aberta à população joinvilense referente ao aumento das tarifas do transporte coletivo.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do ex-deputado Taxista Voltolini e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio do Cedro.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Lembra a assinatura da Lei Áurea pela princesa Izabel; convida para palestra promovida pela ACCT, através da comissão de Legislação Participativa.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Fala da importância do WTTC para Santa Catarina.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Elogia o governador Luiz Henrique da Silveira e o vice Leonel Pavan pela realização do WTTC.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita que seja colocado à apreciação do Plenário o PL n. 0014/2009.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Questiona a possibilidade de votação do PL 0014/2009.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Informa que é favorável à eversão do parecer da CCJ sobre o PL 0014/2009.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Requer votação nominal.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Afirma que não houve acordo para votação.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Explica as razões do projeto e manifesta-se contrário ao parecer da CCJ.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Posiciona-se a favor do parecer da CCJ e dá suas razões.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Explica que a votação é do parecer da CCJ e não do projeto.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Posiciona-se acerca do parecer da CCJ e do PL n. 0014/2009.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha a votação favorável à manutenção do parecer da CCJ ao PL 0014/2009.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Reitera a questão regimental da tramitação do parecer da CCJ e do PL 0014/2009.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à manutenção do parecer da CCJ ao PL 0014/2009.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Mantém-se favorável à eversão do parecer da CCJ ao PL 0014/2009.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Pede a retirada do regime de urgência ao PL 0014/2009.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Solicita a retirada do regime de urgência do PL 0014/2009.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Concorda com a retirada do regime de urgência do PL 0014/2009.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Informa que a Oposição concorda em votar contra o parecer da CCJ para a tramitação normal do projeto.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Pede a retirada do regime de urgência também para o projeto que efetua a passagem do ensino infantil para os municípios.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Informa que a bancada do PT votará favorável à tramitação do PL 0014/2009.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Justifica seu voto ao parecer da CCJ ao PL 0014/2009.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discute o projeto de conversão em lei da MP 0149/2009, que autoriza o Poder Executivo a reestruturar o saldo da dívida do estado com o BNDES.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha o voto favorável ao projeto de conversão em lei da MP 0149/2009, que autoriza o Poder Executivo a reestruturar o saldo da dívida do estado com o BNDES.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha o voto contrário ao projeto de conversão em lei da MP 0149/2009, que autoriza o Poder Executivo a reestruturar o saldo da dívida do estado com o BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, com muita satisfação, queremos registrar a presença, nesta Casa, do ex-vereador Davi Leôncio, do município de São José, e também do nosso amigo e irmão de fé, o ex-deputado Vânio de Oliveira, que por alguns mandatos esteve aqui nesta Casa com a sua atuação sempre presente e brilhante. É uma honra recebê-lo mais uma vez no Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Também registramos a presença do nosso ex-deputado Vânio de Oliveira.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"No momento em que o país inteiro discute a reforma política, quero deixar clara a minha posição: sou contra a lista fechada, mesmo sendo beneficiada por ela. Para mim, esse é um instrumento antidemocrático que tira o direito do povo de escolher os seus representantes.

Com a reforma política em pauta, quero apresentar alguns dados e sugestões para a maior participação da mulher na política.

O Brasil está na 'lanterna' do *ranking* mundial de participação das mulheres nos Parlamentos municipais, estaduais e federais. Na América do Sul estamos em último lugar e na Américo Latina em antepenúltimo, apenas em melhor situação do que a Guatemala e o Haiti.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos mais de 125 milhões de eleitores brasileiros, 51,5% são mulheres e 20% são jovens com idade entre 16 e 24 anos, muitos com futuro político pela frente. As mulheres somam quatro milhões de votos a mais em todo o país. Cresceu também a participação feminina na educação, em vários segmentos profissionais e da vida política, assim como o percentual de mulheres em organizações não-governamentais. Porém, ainda são minoria para ter um bom desempenho.

A boa política se faz com mulheres e homens de todas as raças, trabalhando a partir de sua diversidade, com um sentido comum de transformação da sociedade em direção à equidade e à justiça social. Por que a política de cotas não deu certo? Porque a lei de cotas no Brasil está mal formulada e não garante a chegada da mulher ao poder e a lugar algum. Os 30% estabelecidos se referem à cota mínima de qualquer um dos sexos - homem ou mulher. Ou seja, um sexo não pode sobrepor-se ao outro mais do que 70%. Assim, se o feminismo fundar um partido, terá que ter no mínimo 30% de candidatos homens.

Agora vejamos os fatores que contribuem para o crescimento da participação das mulheres na política: a ruptura com a cultura patriarcal que reserva o espaço público literalmente aos homens; a mulher precisa descobrir que a prática política pode ser uma ação gratificante e transformadora da sociedade; a maior abertura dos partidos políticos - isso nós exigimos - à participação feminina. A mulher necessita urgentemente de maior participação nos partidos, desde que tenha também os mecanismos de ação e não só como mão-de-obra necessária nas vésperas de eleição.

Os elevadíssimos gastos eleitorais, que no Brasil são de caráter privado e vindos de empresas e corporações, prejudica e exclui a mulher no seu todo. O sistema político no Brasil tem uma longa história de patrimonialismo, oligarquia, nepotismo, clientelismo e personalismo, combinação essa repassada pela nossa cultura com o passar dos anos. O funcionamento dos partidos políticos é permeado de lógicas e práticas masculinas.

Ainda outro aspecto a ser considerado é a 'inibição ao poder', fruto da falta de intimidade das mulheres com esses postos, com os partidos e com lugares de maior exposição, onde - por vezes - são humilhadas, são motivo de gozação. Talvez por isso as mulheres não queiram expor-se tanto.

As mulheres têm uma atuação diferenciada na política. Não em virtude de uma dimensão biológica, mas pelo fato de que as mulheres têm uma história política diferente da dos homens, têm uma socialização e um cotidiano diferenciado. Noventa e cinco por cento das mulheres que ocupam um cargo público ou um cargo eletivo chegam à política com um corpo marcado de histórias.

E voltando ao assunto da reforma política, reforço que sou contra a lista fechada. Mas permanecendo essa idéia - e não depende de nós, desta Assembléia, deste fórum, depende da Câmara Federal e do Senado -, defendo a participação das mulheres através das seguintes propostas, sras. eminentes deputadas:

- Financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, que constitui uma medida da mais alta relevância possibilitando, em melhores condições, a inclusão das mulheres. Portanto, a destinação, por parte dos partidos, tem que ser de 50%;
- Promoção e divulgação da participação da mulher na política; que ela tenha recursos do fundo partidário, igualmente aos homens;
- Que as mulheres tenham o mesmo tempo de propaganda participativa em todos os setores da mídia, juntamente com os nossos companheiros homens;
- Que as mulheres ocupem 50% dos espaços na composição, sim, e isso se faz

urgente, dos diretórios municipais e dos diretórios regionais. Não ocupar cadeira só por ocupar a cadeira, para dizer que são bonzinhos, mas para ter efetiva participação, para que possam planejar e discutir as ações partidárias, não só fazer número;

▪ E principalmente que seja garantida a participação da mulher na política partidária de uma forma igualitária, em que 50% das vagas a serem ocupadas na Câmara Federal, Senado, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais sejam destinadas às mulheres.

Portanto, caras companheiras, sugiro, embora audacioso, a composição da lista. Se sair, que seja a lista de sexo alternado. Essa é a minha luta e o meu ponto de vista diante da reforma partidária, que é o assunto do momento. Lutarei sempre para a maior participação das mulheres e dos jovens na política e na vida pública."

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Muito obrigada, deputada Ada de Luca.

Estava atentamente ouvindo o pronunciamento de v.exa. e faço minhas as suas palavras. Quero endossar o pronunciamento de v.exa. e dizer que v.exa. veio de Brasília, onde atuou durante muito tempo, com uma bagagem de experiência muito consistente aqui para o Parlamento catarinense.

Quero dizer também que vai haver o Congresso da União dos Legislativos Estaduais, nos dias 27, 28 e 29, em Belém do Pará, e precisamos levar a proposta de v.exa. para lá. Vamos colher a assinatura de todos os 40 parlamentares desta Casa e vamos levar para o nosso congresso.

Parabéns, deputada Ada De Luca! Essa é a linha. Parabéns!

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Muito abrigada, deputada Professora Odete de Jesus!

Agradeço também aos telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio Alesc Digital!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Inscrito o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero ratificar aqui o meu cumprimento ao ex-deputado Vânio de Oliveira, que vem da cidade de Criciúma, no sul do estado, prestigiar o debate desta tarde.

Eu gostaria, sr. presidente, antes de abordar a temática axial da minha intervenção, de agradecer a presença do sr. governador ontem em Blumenau, na audiência pública sobre segurança. É claro que a comunidade sempre busca novas expectativas em relação à segurança do município, mas o sr. governador anunciou ontem a ida de 30 policiais civis e 15 bombeiros para Blumenau, um novo batalhão para a região das Itoupavas e também uma boa notícia para Blumenau e região, a penitenciária industrial, além de um mutirão na Segurança Pública, já que as delegacias de polícia em Blumenau acumulam hoje mais de 1.000 inquéritos que aguardam encaminhamento para o Ministério Público.

Eu quero também registrar a satisfação que tive de receber, em meu gabinete, a visita do ex-deputado Adelor Vieira, diretor da Casan, preocupado também com a questão da estiagem em mais de 100 municípios em Santa Catarina, deputado Padre Pedro Baldissera, que tem acompanhado o problema. E, deputado Gelson Merísio, no oeste catarinense existe a questão dos rios minguantes, dos açudes secos. Nove das 12 hidrelétricas estão paradas.

O ex-deputado Adelor Vieira falava-me, em nome da Casan, das iniciativas do governo estadual: a perfuração de 270 poços produtivos nas regiões oeste e meio-oeste; o decreto do governo com mais de R$ 20 milhões de recursos para a perfuração de poços artesianos profundos no oeste; a distribuição, por parte da Casan, de 1.000 caixas d'água no oeste catarinense, para mais de um milhão de litros; investimentos na limpeza do Lajeado São José, em Chapecó, e projetos de captação de água principalmente do rio Uruguai.

Fico satisfeito com essas decisões tomadas pela Casan e faço o nosso agradecimento pela resposta rápida quando aqui indagávamos das políticas públicas do governo do estado em relação à estiagem no oeste catarinense.

Mas, srs. deputados, eu gostaria, nesta tarde, de registrar a visita do meu amigo, ex-deputado Vânio de Oliveira, que atua na área de reabilitação de dependentes químicos. Aliás, o ex-deputado Vânio foi pioneiro, pois a primeira casa de reabilitação para dependentes químicos do estado de Santa Catarina foi fundada por ele, na cidade de Criciúma. Se não estou equivocado, já tem 24 anos de existência ali no sul do estado.

Eu gostaria, com a permissão da Presidência, de solicitar à assessoria técnica da Casa, por favor, que abrisse para nós uma reportagem do *Fantástico*, no último domingo, que traz um pouco dessa preocupação em nível nacional, mas que diz respeito a todos nós.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

O *crack* é a droga da vez no país destruindo milhares de famílias. Só em Blumenau, conforme relatório da delegacia regional, ex-deputado Vânio de Oliveira, há cinco mil dependentes de *crack*. Depois dessa reportagem - e não tive a oportunidade de acompanhá-la no domingo à noite, recebi depois essas imagens -, recebi o telefonema, ainda no domingo à noite, de uma mãe preocupada indagando: "Como posso saber se meu filho está usando drogas?" Aí demos algumas orientações.

E quero colocar-me à disposição para isso. É claro que para se tratar com dependente, acima de tudo, é preciso carinho, paciência, cuidado, atenção e também orientação de um profissional, mas aí estão as nossas casas de reabilitação. E quero aqui tomar a liberdade de colocar o Centro Terapêutico Vida, casa que fundamos ali em Blumenau, à disposição do povo catarinense, nessa nossa bandeira do combate às drogas, através do telefone: (47)33229100.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, inicialmente, acompanhei, na tarde de ontem, o pronunciamento do deputado Marcos Vieira fazendo referência ao jornal *Folha de S. Paulo* sobre um assunto até interessante, que despertou a minha curiosidade. O deputado Marcos Vieira fazia referência ao lucro da Petrobras, à alta do petróleo, sobre o porquê do preço dos combustíveis em nosso país não baixar e por aí afora.

Só que percorrendo um pouco o jornal, achei interessante o deputado ter-se esquecido de falar da situação do PSDB do Rio Grande do Sul, que estava estampada na contracapa da *Folha de S. Paulo.* Acho que ele se esqueceu de falar sobre a situação que vive a governadora do PSDB, do Rio Grande do Sul. É interessante! Eu até achei que fosse uma tentativa de desviar do foco do debate que o deputado Ismael dos Santos trouxe aqui, no dia de ontem, assunto que nós trouxemos também, referente à situação de estiagem que vivem alguns estados do nosso país.

Incansavelmente, nós temos trazido essa grande preocupação. E eu quero reconhecer aqui que houve várias iniciativas, tanto por parte do governo do estado quanto por parte do governo federal, mas quem mora lá na ponta tem que conviver com essa situação amarga e triste que é a estiagem. E hoje 116 municípios já decretaram situação de emergência.

Então, este é o nosso foco: que a nossa agricultura, infelizmente, não tem políticas claras. O modelo de agricultura que nós vivemos hoje é que está furado. Nós temos que buscar e traçar novos modelos de agricultura, principalmente quando se fala da agricultura familiar, da pequena agricultura, que vive, na sua diversificação, o sentido de agregar renda aos seus produtos, para ter uma qualidade de vida melhor.

Foram vários avanços que tivemos, como a ampliação do programa das cisternas, mas às vezes lá na ponta, em muitos e muitos momentos, esbarramos com as instituições financeiras, pois há uma dificuldade tremenda em liberar recursos ao nosso agricultor, à nossa agricultora, à família do campo, para que possa viabilizar a construção de cisternas.

Recursos do governo federal, com juros subsidiados por parte do governo do estado, é uma iniciativa importante, fundamental; é uma medida até mesmo preventiva, para que a curto, médio e longo prazo possamos amenizar a situação. Mas temos que reconhecer que existem várias iniciativas por parte dos próprios agricultores e agricultoras, no sentido de fazer a preservação ambiental, protegendo fontes, criando modelos de proteção de nascentes, fontes, investindo recursos do próprio bolso ou das prefeituras para garantir água não só para hoje, como para muitos e muitos anos. Essa preocupação nós temos que realçar e agradecer, porque são eles, os nossos agricultores, que vão implementar esse novo sistema, esse novo jeito de garantir a água para a sua família e para as gerações que estão vindo. Isso é louvável!

O próprio governo federal teve a iniciativa de liberar, através de uma medida provisória, R$ 20 milhões, enviando R$ 200 mil para cada prefeitura, para o seu custeio, nesse momento crítico de falta de água para a família, para os animais e para toda a propriedade ou para a demanda da propriedade. Mas somente isso não basta! Nós temos que ter medidas que ataquem as causas, e às vezes algumas delas fogem do alcance e da vontade da família que lá está. Mas muitas delas nós poderemos, no dia-a-dia, fazer acontecer, como, por exemplo, as medidas de proteção à natureza, à água, à nascente e à fonte, pois sem essa proteção não teremos nem dez anos de vida!

Srs. deputados, a região oeste vai ficar sem água para o consumo humano e para o consumo dos animais. E há quem diga que a região oeste vai-se tornar um grande deserto, quem sabe até verde, porque de vez em quando chove lá para cultivar e alimentar isso, mas não haverá chuvas para garantir o acesso

à água para as pessoas que lá vivem. Por isso nós temos que ter políticas estruturantes que garantam o momento e o futuro da nossa população.

Nesse momento crítico por que passam nossos agricultores, temos encaminhado várias alternativas. Nós solicitamos ao governo federal que viabilize a anistia aos pequenos agricultores, cujas dívidas não ultrapassem R$ 10 mil. Por que anistiar? Porque entendemos que não dá mais para adiar, jogar para o ano seguinte o peso que sufoca, que massacra e que mata o agricultor hoje. Nós temos que estancar isso anistiando a dívida do nosso agricultor! Essa é a solicitação.

Outra medida que o estado poderia implementar seria exatamente garantir, através da Celesc, a anistia também da tarifa de energia elétrica aos agricultores que vivem a situação de estiagem, que às vezes não têm dinheiro nem para pagar a luz. No entanto, a própria Celesc agora quer colocar no Serasa aqueles que estão em débito! Vai ser um caos naquela região, que já tem um endividamento com as instituições financeiras. A roça não deu nada, não se arrecadou nada, os agricultores ficaram devendo e, automaticamente, não darão conta até mesmo de pagar a tarifa de energia elétrica.

Por isso temos dado esse encaminhamento. E seria bom que a Celesc pudesse encaminhar alguma alternativa nesse campo e nesse sentido.

Por fim, quero informar que solicitamos ao governo federal uma bolsa estiagem, pois o agricultor já está há três, quatro, cinco meses vivendo essa situação. A produção de leite está toda comprometida, porque para ela voltar normalmente à atividade, o gado leiteiro precisa de um tempo, precisa de mais três meses, a partir do momento em que começa a chover, para recompor as pastagens. E o agricultor, nesse período, vai viver do quê? Vai passar fome na própria terra e na própria roça se não houver uma intervenção por parte do governo!

Nesse sentido, a bolsa estiagem para os nossos agricultores e agricultoras que vivem nessa atividade será extremamente importante neste momento.

Portanto, há uma grande pauta de reivindicações que está sendo discutida. Hoje, temos aqui a presença da Fetraf/Sul manifestando a sua preocupação com relação à agricultura familiar. Semana que vem teremos outros movimentos sociais mobilizando-se, indo à rua, porque não aguentam mais a situação que estão enfrentando.

Era isso o que eu queria dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, conforme requerimento assinado pelos líderes, que nós apresentamos nesta Casa na semana passada, estamos aqui com a comissão organizadora, com a rainha e com as princesas, da Festa do Leite, que vai acontecer em Presidente Getúlio, no período compreendido entre os dias 27 e 31 de maio próximo.

Conforme deliberação dos líderes, solicito a v.exa. que conceda dez minutos para que a rainha e as princesas, juntamente com a comissão organizadora da festa e o secretário da Educação, possam fazer o convite da festa no plenário.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, nós já tínhamos colhido a assinatura dos srs. líderes para que o sr. Paulo Vendelino Kons, presidente da ACCT, Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares, pudesse manifestar-se por até dez minutos. Como ele está ministrando um seminário lá no Centro de Atenção à Terceira Idade, em São José, precisará falar antes, para depois retornar ao seminário e dar continuidade à sua palestra.

Por isso, peço que v.exa. priorize a fala do presidente da ACCT e depois, então, atenda a solicitação do deputado Joares Ponticelli.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Consulto o sr. deputado Joares Ponticelli e a sra. deputada Professora Odete de Jesus para saber se isso pode ser na sequência.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, acontece que o secretário Antônio Ceron receberá a equipe organizadora da festa logo em seguida, na secretaria da Agricultura. Se nós pudéssemos, então, permitir a entrada deles para não atrasar a agenda do secretário Antônio Ceron, seria interessante.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Então, esta Presidência suspende a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca, por até 19 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, eminente deputado Gelson Merísio, prezados colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina, em especial Florianópolis, faz os últimos acertos para receber, a partir de amanhã, o 9º Congresso do Conselho Mundial de Viagem e Turismo - WTTC -, maior e mais importante evento do setor.

Acho que todos nós, parlamentares, políticos, temos que prestar bem atenção nesse evento e ter consciência da sua grandeza. Tenho certeza de que indiretamente estaremos trabalhando para o futuro da nossa gente.

Tenho acompanhado a formatação desse evento desde a visita a Dubai, em fevereiro passado, quando integrei a comitiva oficial que teve como fundamento as tratativas de conhecer as experiências da cidade que realizou o WTTC no ano passado. E trocamos experiências a facilitar a nós, catarinenses, o alcance do sucesso que esperamos obter com a realização desse evento.

Por isso, conclamo os nobres companheiros da Assembleia Legislativa, de toda a Mesa Diretora, todos os parlamentares, a prestarem bastante atenção nesse evento.

Nos inúmeros contatos realizados nos Emirados Árabes, o governador Luiz Henrique apresentou, difundiu, propagou e passou filmes das potencialidades catarinenses para investimentos semelhantes aos que pudemos ver nas visitas com a nossa comitiva, todos os dias, pela manhã, pela tarde e pela noite.

Antes e depois daquela missão oficial, muitos outros contatos foram feitos com outros países para divulgar o evento, que acontece para o nosso orgulho, caros companheiros, pela primeira vez na América Latina e na cidade de Florianópolis.

Visionário que é, o governador Luiz Henrique sempre tratou a questão do turismo como o eixo fundamental do seu governo. Houve ocasiões em que foi criticado, xingado, em que não foi reconhecido, chamavam-no de caixeiro viajante. E foi um caixeiro viajante que vendeu Santa Catarina aos quatro cantos do mundo. Agora o estado está colhendo os frutos.

Os mais de 700 participantes do Congresso Mundial de Turismo são aguardados por todos os ramos ligados ao turismo: empresários, estudiosos, setor imobiliário, lazer, alimentação, transportes. Todos aguardam a presença de alguns dos maiores investidores do mundo para apresentar as oportunidades e mostrar também o que Santa Catarina oferece. Em tempos de crise econômica e de cautela o nosso estado será o centro das atenções dos maiores investidores e estará definitivamente na vitrine do turismo mundial.

Este, com certeza, será um momento único e estratégico para o nosso futuro e o de Santa Catarina. São 37 projetos de alto padrão em diversas áreas, totalizando R$ 12 bilhões, que incluem marinas, eco-*resorts*, campos de golfe e complexos imobiliários, que serão apresentados aos investidores e poderão transformar Santa Catarina numa opção de destino internacional do nosso turismo. Aí está a essência da coisa; aí está o cerne da coisa. Com a concretização desses projetos, certamente haverá geração de emprego e renda favorecendo as famílias catarinenses com uma melhor qualidade de vida e inclusão social.

A nossa posição geográfica é privilegiada, todos nós sabemos, e já assegurou a instalação de dois grandes empreendimentos por aqui: um espanhol, em Governador Celso Ramos, e outro marroquino, em Santo Amaro da Imperatriz.

Florianópolis já é o terceiro maior centro de turismo no país, e Santa Catarina já foi escolhido como melhor destino turístico pela revista *Viagem e Turismo*. E com a realização do WTTC, o nosso estado tem tudo para se transformar num dos maiores e melhores polos turísticos da América do Sul. Essa pretensão audaciosa deve ser levada a sério pelos catarinenses para concretizar o nosso desenvolvimento, sem as amarras burocráticas, de forma sustentável e equilibrada.

Santa Catarina recebe - a partir desta quinta-feira - boa parte do PIB do turismo mundial e não pode perder a oportunidade de apresentar suas potencialidades, suas riquezas naturais, sua variedade cultural e gastronômica, seu atraente turismo de negócios, o alto padrão de seus *resorts* e hotéis de luxo e o potencial de fazer grandes negócios.

Esse evento marcará uma nova fase para o turismo catarinense. Este é o momento de Santa Catarina escrever um novo capítulo da sua própria história, voltado para um desenvolvimento turístico de qualidade internacional.

Que todos os participantes do WTTC sejam bem-vindos ao nosso estado e que os bons ventos tragam investimentos para Santa Catarina.

Como disse Mahatma Gandhi: 'Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova'."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Concedemos a palavra ao deputado Antônio Aguiar, que concluirá o horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputados e deputadas, catarinenses, a importância de que se reveste o evento que amanhã acontecerá em Florianópolis tem que ser divulgada para todos os catarinenses. Sem dúvida, o WTTC é um dos maiores eventos mundiais de turismo. Estará aqui o presidente Lula; estarão aqui 500 ou 600 empresas turísticas do mundo para debater os seus projetos, os seus investimentos e para ver que Santa Catarina está, sim, no rumo certo do turismo.

Nós temos no governador Luiz Henrique da Silveira o grande maestro que faz com que esse grande acontecimento venha repleto de história. Por quê? Durante o ano passado, nós estivemos em Londres para acertar que essa reunião fosse aqui, em Santa Catarina. Lá em Londres esteve conosco, apoiando-nos nesse empreendimento, o nosso "coringa" Felipão, que fez a parte social e amistosa, representando também Santa Catarina juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira e com o secretário Gilmar Knaesel.

Na América do Sul ainda não houve esse evento. É a primeira vez que ocorre na América do Sul e justamente em Santa Catarina. E por quê? Porque o nosso governador, um hábil negociador, um visionário, como disse a deputada Ada De Luca, esteve presente antecipando esse ato que acontecerá amanhã.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao nobre deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, v.exa. está falando sobre esse evento e a deputada Ada De Luca também falou, mas eu não me encontrava em plenário. E a impressão para quem não conhece, para quem não sabe exatamente o que vamos ter aí, é que está havendo um rosário de puxassaquismo, com todo mundo fazendo uma média com governador. Para quem não conhece e não viu de onde surgiu a ideia de trazer para cá esse evento, para quem não sabe de quem foi a ideia e o que se fez para que esse evento se tornasse realidade, parece puxassaquismo.

Mas a verdade é que não é puxassaquismo nem querer fazer média com o governador. E eu tenho ojeriza a isso. Não podemos deixar de reconhecer essa obsessão que o governador Luiz Henrique tem em determinadas coisas, quando as põe na cabeça. E ele colocou na cabeça de trazer para Santa Catarina, que é um estado iminentemente turístico, um evento que é o mais importante evento de turismo do mundo, ou seja, esse congresso de turismo que vamos ter aqui. E esse é o primeiro que vai acontecer na América do Sul, como v.exa. falou há pouco.

Não foi uma nem duas viagens que o governador fez para convencer essas pessoas que estão à frente desse negócio a virem a Santa Catarina. Foram muitas viagens, cansativas, de tentativas de convencimento dessas pessoas. E esses responsáveis estiveram no Brasil várias vezes dando uma olhada para ver se realmente havia condições de fazer o congresso aqui.

Agora isso se tornará realidade a partir de amanhã. Quem dera que as pessoas tivessem consciência do que significa isso, especialmente para Santa Catarina, que é um estado que tem no turismo uma das suas grandes alavancas, assim como o Brasil e a América do Sul.

Por isso só tenho que me congratular e respeitosamente cumprimentar o sr. governador por essa obsessão que ele teve, por essa obstinação que ele teve em trazer esse evento para Santa Catarina, que se tornará realidade a partir de amanhã.

Queira Deus que tenha pleno êxito o WTTC que se vai realizar em Florianópolis.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de me reportar também ao evento que aconteceu nesta manhã, quando estivemos no Centro Administrativo para uma grande e importante reunião com a Fazenda, eis que houve a sanção de leis pelo governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com o secretário Gavazzoni. Até quero deixar aqui o nosso testemunho do trabalho, da competência, da dedicação do secretário Antônio Gavazzoni.

Parabéns, secretário, pelo trabalho que está realizando, que faz com que, realmente, a parte eletrônica do governo funcione e acabe a burocracia, o "carimbódromo", como diz o governador Luiz Henrique da Silveira.

Parabéns à equipe da Fazenda, aos funcionários, a todos que lá estiveram! Foi um grande evento no Centro Administrativo.

Um grande abraço a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, trago a esta tribuna, nesta sessão, um assunto que está estampado nos jornais de maior circulação de Santa Catarina, deputado José Cardozinho, que diz respeito ao aumento da tarifa do transporte coletivo do município de Joinville.

Sr. presidente, eu tenho me reservado para não fazer crítica ao novo governo da minha cidade, por entender que a gestão começou há poucos meses. Mas não posso, deputado Antônio Aguiar, calar-me quando aqui se referem ao aumento da tarifa de água.

O prefeito Carlito Merss durante toda a campanha, nos debates, nos programas, afirmava categoricamente que a tarifa de água de Joinville era uma mais caras de Santa Catarina. Mas ao assumir a prefeitura, nos primeiros dois meses concedeu um reajuste de 6,5% na tarifa de água, sendo que a companhia de água tem R$ 34 milhões em caixa deixados pela gestão anterior.

Se não bastasse, sr. presidente, o aumento da tarifa de água, ontem o prefeito Carlito Merss concedeu um reajuste, deputado Antônio Aguiar, de 12,2% na tarifa do transporte coletivo, o dobro da inflação. Se considerarmos que há 20 meses a tarifa não tem reajuste, o justo poderia ser os 9% da inflação, mas ele concedeu 12%. Não sabemos por que motivo; não sabemos qual foi o entendimento feito com as empresas de ônibus; não sabemos qual foi o negócio, qual foi o acerto. Só sabemos que haverá um aumento, que entrará em vigor na segunda-feira, de 12%. Ou seja, deputado José Cardozinho, a corda estourou, como sempre, no bolso do trabalhador.

Então, sras. deputadas e srs. deputados - e é pena que o deputado Kennedy Nunes não esteja presente -, quando o prefeito Carlito Merss, no segundo turno, anunciou o apoio do PP em Joinville, deputado Joares Ponticelli, ele disse e escreveu no jornal: "Conquistei o apoio do PP porque adotei as propostas do deputado Kennedy Nunes". E as duas grandes propostas de campanha do deputado Kennedy Nunes eram baixar o preço das tarifas de água e de ônibus.

E o deputado Kennedy Nunes está sendo coerente. Tomei conhecimento que ontem à noite, na televisão, anunciou o rompimento com o prefeito Carlito Merss e fez críticas duras a ele. E é assim que o político tem que se comportar, antes da eleição e após a eleição, com derrota ou com vitória, mantendo o seu discurso, mantendo a sua coerência. Parabéns ao deputado Kennedy Nunes, que está mantendo o seu discurso de campanha. Não podemos ter um discurso antes da campanha e outro quando assumimos o poder.

Nesse episódio de Joinville, temos que questionar, sim, temos que protestar, sim, porque um dos argumentos foi que o óleo diesel teve aumento excessivo, e teve. Nos últimos sete anos, a gasolina aumentou 98%, o óleo diesel, deputado Adherbal Deba Cabral, aumentou 288%. Mas quem concede o aumento do óleo diesel? É o governo federal! É o governo do PT que está aumentando o óleo diesel excessivamente, onerando a nossa economia e, principal e praticamente, inviabilizando o transporte coletivo do Brasil.

Quero, portanto, deputado José Cardozinho, sras. deputadas e srs. deputados, dizer que todos nós, mas principalmente o trabalhador, principalmente as pessoas mais simples, principalmente os eleitores do prefeito Carlito Merss que foi vitorioso em Joinville, estamos decepcionados com esse início de governo, um governo que tem uma postura de reajuste com índices acima da inflação num momento de crise, num momento de dificuldade que o país atravessa.

O Sr. Deputado José Cardozinho - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Cardozinho - Deputado Darci de Matos, ontem v.exa. não estava presente, e eu também não gosto de falar, mas ficou registrado nesta Casa um questionamento que houve sobre o transporte coletivo, levantado pelo deputado Kennedy Nunes e questionado pelo deputado Marcos Vieira, sobre uma indicação com relação à transparência na planilha do transporte coletivo de Joinville. E o próprio deputado Kennedy Nunes deixou bem claro que na gestão do prefeito Marco Antônio Tebaldi e também do hoje governador Luiz Henrique da Silveira não existia essa transparência na planilha sobre quantos usuários havia diariamente no transporte coletivo. O deputado Marcos Vieira até fez um questionamento sobre se a transparência teria vindo agora com o PT no governo.

Quem comanda a planilha em Joinville, e v.exa. bem sabe, é a Seinfra, cujo secretário é do PP e indicado pelo deputado Kennedy Nunes. Ele conseguiu a transparência de quantas pessoas usam diariamente o transporte coletivo. Talvez seja por isso o prefeito Carlito Merss, a quem ele apoiou, tenha dado os 12%. Aí fico tranqüilo porque se a transparência não existia, também não houve aumento durante 20 meses. Agora o secretário indicado pelo deputado Kennedy Nunes conseguiu a transparência e conseguiu dar 12% de aumento.

Eu também quero questionar o rompimento. Gostaria de dizer que o deputado

Kennedy Nunes sempre assumiu essa postura de que se houvesse aumento nessas duas tarifas, seja da água, seja do transporte, ele romperia com o governo municipal. E há a irmã dele que é vereadora e que ele ajudou a eleger. Fica, portanto, o questionamento da bancada governista na Câmara de Vereadores, que ainda é minoritária.

Muito obrigado pelo aparte, deputado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado José Cardozinho.

Quero dizer que a tarifa embarcada foi para R$ 2,70 e a tarifa normal, para R$ 2,30. Deputado Adherbal Deba Cabral, as críticas foram constantes do atual prefeito sobre a tarifa embarcada, dizendo: "É um absurdo, vamos acabar com a tarifa embarcada". Manteve e concedeu o reajuste.

Portanto, Joinville, hoje, está decepcionada porque o trabalhador não tem condições de pagar o reajuste.

Deputado Cesar Souza Júnior, por que o prefeito de Joinville não fez como o prefeito Gilberto Kassab, que deu subsídios e repassou recursos para as empresas manterem o preço da passagem acessível ao poder aquisitivo dos trabalhadores?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente e srs. deputados, hoje, às 18h30, depois da sessão do Senado da República, vai acontecer uma vigília em defesa da preservação da floresta amazônica no Senado Federal. Trata-se de um ato aberto à participação da sociedade civil, no qual se vão debater as ameaças à Amazônia, as políticas públicas para a região e iniciativas de lei sobre o tema.

Essa vigília, que será das 18h30 de hoje até as 6h de amanhã, foi uma ideia da atriz Christiane Torloni, de vários outros artistas e de pessoas que encabeçam o movimento Amazônia Para Sempre. Então, fazem um manifesto em apoio ao fim do desmatamento ilegal e contra as tentativas de flexibilização do Código Florestal que está em curso.

Dentre os temas contemplados nas discussões da vigília noturna está a importância da floresta amazônica para a biodiversidade e regulação do clima; implicações econômicas e sociais de sua exploração, tanto no Brasil como no mundo; políticas públicas para a floresta e a necessidade de implantar estratégias de desenvolvimento sustentável; visão das comunidades tradicionais da Amazônia; e as propostas sobre o tema em tramitação no Congresso Nacional. Além disso, haverá uma explanação de iniciativas promissoras dos governos dos estados da Amazônia e o relato de produtores que colocam em prática política sustentável.

A intenção aqui, então, é dar publicidade a essa vigília pela floresta amazônica e fazer uma breve reflexão, porque ao estudar sobre o tema acabamos acumulamos algumas informações que achamos interessante repassar para os srs. deputados e telespectadores da TVAL.

(Passa a ler.)

"Como é sabido, a floresta tropical apresenta-se como um ecossistema extremamente complexo, delicado e de grande relevância para a estabilidade ambiental de todo o planeta. Algumas estimativas concluem que nela estão fixadas mais de uma centena de trilhões de toneladas de carbono. Sua massa vegetal libera algo em torno de sete trilhões de toneladas de água anualmente para a atmosfera e seus rios descarregam cerca de 20% de toda água doce que é despejada nos oceanos pelos rios existentes no globo terrestre.

É claro que a importância da Amazônia para a humanidade não reside apenas no papel que desempenha para o equilíbrio ecológico mundial ou porque se constitui numa riquíssima fonte de matéria-prima (alimentar, florestal, medicinal, energética e mineral). A região é o berço de inúmeros povos indígenas e populares tradicionais, que incluem seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, babaçueiras, entre outros, que lhe conferem destaque em termos de diversidade cultural."

Durante muito tempo atribuiu-se à Amazônia o papel de pulmão do mundo. Hoje, devido às alterações climáticas, vem sendo chamada como de condicionador de ar do mundo.

(Continua lendo.)

"O papel da floresta amazônica vem sendo associado à regulação climática em escala regional e até global. Estudos científicos vêm evidenciando que a extensão e a densidade da floresta contribuem para a formação de chuvas na região, ao mesmo tempo em que atraem grandes quantidades de umidade dos oceanos para o interior do continente sul-americano.

As implicações da interdependência entre a floresta amazônica e a regulação climática não ficam restritas ao norte do país. Muito pelo contrário, pesquisas vêm demonstrando que as nuvens formadas na Amazônia podem ser deslocadas por longas distâncias, em função das correntes atmosféricas, provocando abundantes precipitações sobre o centro-oeste, o sudeste e o sul do Brasil."

Portanto, a distribuição e a disponibilidade hídrica no Brasil dependem, em grande parte, da existência da floresta amazônica e da mata atlântica, assim como a serra do Tabuleiro é importante para Santa Catarina e para a região sul.

(Continua lendo.)

"O avanço do desmatamento e das queimadas está alterando gradativamente o regime de chuvas na região, podendo contribuir direta ou indiretamente para alterar o clima de várias regiões do país e até mesmo do planeta."

Para se ter uma ideia, 14% da floresta amazônica vieram abaixo nos últimos 30 anos, e 80% da madeira nativa extraída no país, excluindo lenha e carvão, provêm da Amazônia.

(Continua lendo.)

"Obviamente que é impossível manter a Amazônia intocável, mas devemos combater o desmatamento ilegal - e para isso não devemos comprar madeira ilegal -, e de forma mais severa, senão os prejuízos para o futuro serão catastróficos.

Para atingir o objetivo, é necessário que o governo federal não poupe esforços no sentido de cumprir com as metas da redução do desmatamento ilegal e promover estratégias de desenvolvimento sustentável.

Algumas iniciativas bem sucedidas do governo federal, como o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia; o Plano Amazônia Sustentável; o Programa de Desenvolvimento Sócio-Sustentável da Produção Familiar Rural; o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia e, mais recentemente, o Fundo da Amazônia e o Programa Terra Legal, vêm-se consolidando como um novo marco nas políticas públicas voltadas à solução de graves problemas existentes e à gestão sustentável da floresta amazônica."

Então, diante disso, queremos formalizar a nossa manifestação de apoio ao Senado Federal, mais precisamente à comissão de Mudanças Climáticas, presidida pela senadora Ideli Salvatti, nesse ato da vigília em defesa da preservação da floresta amazônica que vai acontecer desta noite, às 18h30, até a madrugada de amanhã, às 6h.

Aqueles que estiverem assistindo-nos pela TVAL e ouvindo-nos pela Rádio Alesc Digital e quiserem acompanhar pela internet ou pelos canais de TV da Câmara e do Senado, também terão a oportunidade de participar dos debates.

Portanto, fica aqui o convite a todos para participarem desse debate sobre a questão da vigilância sobre a Amazônia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneira) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Quero apenas registrar a presença, nesta Casa, de André Gaidzinski, presidente do Cejesc, um movimento de jovens empresário empreendedores.

Eu, que participei da fundação da Acib Jovem, em Blumenau, sei da importância do movimento para fazer com que todo o nosso estado conheça o movimento jovem empreendedor e possa fazer nascer, surgir, criar e procriar esse movimento em cada canto, porque Santa Catarina é, na essência, um estado empreendedor.

O André vem aqui para fazer um convite a toda a Casa, e daqui a pouco fará uso da nossa tribuna, na certeza de que o movimento do Cejesc se fortalece. No dia 19, inclusive, haverá uma sessão especial para homenagear o jovem empreendedor de Santa Catarina.

Então, com muita honra, quero registrar a presença de André Gaidzinski.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria de fazer o registro da presença do prefeito do Partido dos Trabalhadores, Antônio Rodrigues, de Balneário Barra do Sul; do vice-prefeito Jurandi da Silva; do presidente da Câmara Municipal, vereador Silvino Michels, que é do PR; e do vice-presidente da Câmara Municipal, que é do PSDB, vereador Manoel Henrique Borges Neto, o Nelinho. Eles vieram aqui tratar de assuntos relacionados ao município.

Vamos, posteriormente, trazer um problema para esta Casa, que é algo que, através de uma medida provisória, poderá inviabilizar os pescadores artesanais da Barra do Sul. E não só da Barra do Sul, como de todos os municípios litorâneos que dependem da pesca artesanal. Por isso vamos trazer esse assunto à Casa para que possamos posicionar-nos em relação a isso.

Obrigado, sr. presidente!

O SR PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - A Presidência dá as boas-vindas ao prefeito, vice- prefeito e presidente da Câmara de Vereadores.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de, ao cumprimentar o prefeito e o vice-prefeito de Balneário Barra do Sul, anunciar que, por intermédio da vereadora Cláudia dos Santos, foram liberados R$ 20 mil para o Conselho Comunitário.

Parabéns à vereadora Cláudia dos Santos e parabéns a Balneário Barra do Sul.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu queria anunciar a presença do ex-vereador e jornalista Dirlei Silva, que faz um belo trabalho na imprensa de Santa Catarina, notadamente no vale do rio Tijucas e no vale do rio Itajaí-Mirim, e que hoje acompanha os trabalhos desta Casa.

Gostaria também de me somar às palavras do deputado Giancarlo Tomelin, destacando a presença do dr. André Gaidzinski e do dr. Murilo Gouvêa dos Reis, que depois irão usar um espaço da sessão para, justamente, fazer as suas manifestações e revelar aqui o belo trabalho que fazem por Santa Catarina.

É bom lembrar ainda que no dia 19, nesta Casa, haverá uma homenagem aos jovens empreendedores.

Por isso, então, a nossa saudação e o nosso agradecimento pela presença deles.

Muito obrigado!

O SR PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência dá as boas-vindas ao radialista de Brusque, Dirlei Silva, que tem um programa na Rádio Cidade. Seja bem-vindo ao Parlamento catarinense!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, primeiramente, gostaria de registrar, com satisfação, a presença do prefeito de Morro da Fumaça, do meu partido, o Partido Progressista, Baltazar Pellegrin, juntamente com sua comitiva. Teremos, às 16h30, uma audiência na Casan para tratar de assuntos relacionados ao abastecimento de água e saneamento de Morro da Fumaça.

Também registro, com satisfação, a presença do jovem empreendedor André Gaidzinski, que vai ter o seu espaço aqui. Ele representa a força do empreendedorismo jovem catarinense à frente da economia e das empresas de Santa Catarina!

(Passa a ler.)

"DNIT lança edital para EIA/Rima da Translitorânea.

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) lançou, nesta sexta-feira, o Aviso de Licitação para Elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima), Plano Básico Ambiental, Serviços de Arqueologia e Estudos para obtenção do licenciamento ambiental necessários à construção da Ferrovia Litorânea Sul. A partir da data, as empresas interessadas em participar da concorrência têm pouco mais de um mês para elaborar a sua proposta. O envelope deve ser entregue no dia 26 de junho, às 9h30, na sede do DNIT, em Brasília."

Deputado Reno Caramori, v.exa., como presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, muito tem lutado também por essa obra.

(Continua lendo.)

"A Ferrovia Litorânea, que ligará os portos de Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul, terá 235,6km de extensão e irá integrar a malha da Ferrovia Tereza Cristina à nacional (Imbituba/Araquari). A obra é vista com bons olhos pelos empresários do sul do estado, especialmente de Criciúma e Tubarão, que tem na ferrovia uma expectativa quanto ao aumento da competitividade, com a esperada redução nos custos com o transporte de cargas da região para embarque nos portos catarinenses. A melhoria do modal deve atrair mais investimentos para a região e, como consequência, novas vagas de trabalho. Além disso, o transporte ferroviário irá colaborar para desafogar a BR-101, com a redução do fluxo de caminhões carregados.

Conforme dados divulgados pelo DNIT, estima-se que a revisão e atualização dos estudos de viabilidade ambiental custem R$ 3 milhões e o projeto executivo de engenharia, R$ 15 milhões, totalizando R$ 18 milhões. O custo total da Ferrovia Litorânea está orçado em R$ 945 milhões. O prazo para conclusão da obra, após contratação da empresa para a execução, é de dois anos. Além da licitação para elaboração dos estudos ambientais, está em andamento a licitação para a elaboração do projeto executivo de engenharia, com cinco empresas concorrendo."

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não! Concedo um aparte ao nobre deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Valmir Comin, eu faço coro com v.exa., só que vou pedir que os adeptos de algum santo milagroso nos ajudem, porque, se for da maneira como está indo a BR-101, eu já fico até desacorçoado.

Eu penso que o governo, na hora da licitação, se entender que a empresa vencedora não tem condições, não tem café no bule, como se diz na minha terra, e que o preço está abaixo do mínimo, tem que desqualificá-la, porque senão irá acontecer como na BR-101, em que os preços cotados pelas empreiteiras estavam abaixo do preço mínimo real e hoje as obras estão aí praticamente paralisadas.

Eu espero por essa ferrovia, pois é a solução para o sul e para a integração dos portos de Imbituba e de São Francisco, mas se não for realmente por um milagre, não sei se vai acontecer.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não.

O Sr. Deputado Décio Góes - Apenas quero parabenizá-lo por trazer esse tema. Claro que nós não vamos defender que se interfira na licitação, mas é uma obra extremamente importante para o sul do estado, porque integra o sul à malha nacional ferroviária e dá um fôlego à BR-101.

Mas isso não é de hoje para amanhã. Estamos fazendo o projeto de engenharia, que está em licitação. Agora será feita a licitação do projeto ambiental, depois são dois anos para ser elaborado, e aí é que se irá fazer a licitação da obra. Então, não se pode criar também uma falsa expectativa.

É importante que se esteja planejando, porque do contrário, daqui a cinco anos, não vamos mais circular em nosso litoral.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Eu vejo como um projeto possível, factível. E sonho ainda mais: em ver essa Translitorânea integrando o porto do Rio Grande do Sul e, futuramente, cruzando a serra, indo até o porto de Paranaguá.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um minuto do seu tempo para que eu possa fazer a leitura de uma carta?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Sr. presidente e srs. deputados, quero ler uma carta aberta dirigida principalmente aos munícipes e eleitores de Joinville. É uma carta que eu acabei de publicar e quero fazer a leitura aqui.

(Passa a ler.)

"Carta aberta ao cidadão joinvilense.

Caríssimo cidadão joinvilense,

É com profundo pesar e um enorme sentimento de decepção que venho até você dizer que todos os esforços em tornar reais propostas de interesse público, como a redução da taxa de esgoto, o fim da tarifa mínima e a redução da passagem de ônibus, foram inúteis diante da inércia do governo atual. Lutei até onde pude para mostrar ao prefeito Carlito Merss o tamanho da injustiça que se cometeria ao ceder à pressão tanto da Companhia Águas de Joinville, quanto das empresas de transporte da cidade; mas os aumentos foram cedidos. No caso do transporte coletivo, muito acima da inflação.

Estudos sobre a planilha de custos das empresas de ônibus realizados pela equipe técnica da Seinfra (Secretaria de Infraestrutura), sob coordenação do professor Nelson Trigo, até então secretário, mostraram falhas e, mais do que isso, o desmantelamento da fiscalização da prefeitura, que na época do prefeito Wittich Freitag era realizada com esmero. Identificamos esse e outros problemas e levamos o parecer ao prefeito, que covardemente ignorou a verdade exposta por essa equipe após meses de trabalho. Diante disso, é desnecessário dizer que Carlito Merss preferiu romper com todos os joinvilenses a enfrentar a ganância dos que pediam aumento.

Sei que você acreditou, eleitor joinvilense, como eu, no acordo que o então candidato do PT firmou com a população de Joinville e, como eu, você foi enganado. O prefeito rompeu conosco e reduziu a pó a esperança que tínhamos de uma verdadeira mudança. Ao agir como seus antecessores" - Luiz Henrique e Marco Tebaldi -, "Carlito Merss se mostrou fraco.[...]"

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado, se houver a concordância da bancada do PSDB em ceder um minuto do seu horário a v.exa., assim o farei.

(A bancada aquiesce.)

Portanto, a bancada do PSDB concederá, do seu horário, mais um minuto a v.exa. para concluir a leitura.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - (Continua lendo.)

"E um prefeito não pode ser fraco, é preciso ter força para representar os interesses comuns, os interesses da maioria que apostou na tão propalada mudança. Que decepção! Que triste olhar para a cidade e ver que Joinville não é de toda a sua gente. Joinville continua pertencendo a uma minoria cada vez mais abastada e poderosa.

Minha decepção é tamanha que só pode ser traduzida pelo rompimento definitivo com o atual governo. Porque meu bem maior continua sendo a palavra, e desta eu não abro

mão. Seguirei vigilante, atento aos passos do poder público executivo, mas de forma independente, com um jeito novo de fazer política, onde não é mais necessário ser posição ou oposição, mas ser um fiel combatente, objetivando o bem-estar comum.

É por pensar assim e por ter a dignidade de manter minha palavra que informo também a você, meu amigo, que o rompimento com o prefeito Carlito Merss não me leva ao barco dos antigos mandatários desta cidade. Em hipótese nenhuma estarei ao lado de quem fez nos últimos anos as piores administrações que Joinville viveu, sem o mínimo de transparência e de compromisso, sem ouvidos para a população e sem verdade.

Seguirei meu caminho como deputado estadual, lutando pelo que acredito. Com fé em Deus, conseguirei fazer valer o poder que você me deu de legislar e fiscalizar, com a espinha ereta e o coração tranquilo."[sic]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) -Deputado Kennedy Nunes, o líder da bancada do PDT, deputado Dagomar Carneiro, membro da Mesa aqui presente, abriu mão do tempo destinado ao seu partido. Portanto, o PSDB não vai ter o seu tempo descontado e v.exa. possui o restante do tempo do PDT, ou seja, mais dois minutos, para, se quiser continuar usando a palavra.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente! Agradeço também ao deputado Dagomar Carneiro por ceder o seu tempo.

Na verdade, estou aqui porque tenho uma palavra só, uma palavra só! E o meu compromisso com o prefeito Carlito Merss era com relação à água e à tarifa de ônibus que ele aumentou. E não adianta dizer que aumentou porque deu a passagem de graça para as pessoas com 60 anos ou mais, porque o meu compromisso com ele era exatamente este: subsidiar a passagem de ônibus, a gratuidade que hoje representa R$ 0,30 da passagem, com o dinheiro do gabinete do prefeito, que na época do prefeito Marco Tebaldi eram R$ 12 milhões e hoje são R$ 8 milhões por ano, deputado José Natal.

É desse dinheiro que tem que se pagar a gratuidade. É injusto dar gratuidade, deputado Antônio Aguiar, e cobrar de quem usa. Isso é injusto! E dar ainda um aumento de 30% acima da inflação é uma vergonha! Mas eu sou enganado uma única vez.

Agora, deixo bem claro aqui: esse rompimento com o governo atual já resultou no pedido de demissão do secretário Trigo. Deputado José Cardozinho, fique tranquilo, eu sou um homem de palavra! V.Exa. apoiou o ex-deputado e hoje prefeito Carlito Merss, mas eu continuo mantendo a minha palavra. Todos aqui sabem que o meu único patrimônio é a palavra e eu não vou abrir mão dela.

Por isso, com muita tristeza no coração, como uma pessoa que ama, mas que tem que se separar porque foi traído, eu aqui faço esse meu desabafo, e continuo sendo o mesmo Kennedy andando na rua de cabeça erguida, porque não é um ou outro que vai me fazer baixar a guarda. Continuarei lutando até que a passagem seja subsidiada, mas eu estou fora do governo, e é uma pena...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Parabéns, deputado Kennedy Nunes.

Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do ex-deputado Taxista Voltolini, que prestigia os nossos trabalhos, acompanhando o sr. Arno Depin, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio do Cedro. Tenham uma boa estada nesta Casa, na resolução dos problemas do seu município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje, 13 de maio, comemoramos a Abolição da Escravatura, que ocorreu em 1988. Uma mulher, a princesa Izabel, com toda a sua sensibilidade, assinou a Lei Áurea dando liberdade para todos os escravos. Mas, infelizmente, hoje ainda existem pessoas que estão no cativeiro, pessoas que são escravas de uma doença, escravas de uma miséria, escravas de uma perseguição.

Nós não podemos esquecer que muitos negros foram tratados como animais. Nós não podemos apagar da história que pessoas humanas, que também têm coração, que sentem dor, apanharam, mas, hoje, graças a Deus, elas estão inseridas na sociedade e desempenhando seu papel com grande responsabilidade e competência.

Hoje, todo ser humano tem sua liberdade, porque a escravidão é definida como um sistema de trabalho no qual um indivíduo é propriedade do outro. E nós não podemos esquecer que a sociedade tem que exercer a sua função social, não de escravidão, mas de servir na sua existência ao bem comum, não uma fonte para alavancar o interesse individual a qualquer preço. E nós, representantes do povo, estamos aqui para defender não a nossa causa, mas o interesse comum a todas as pessoas.

Então, não podemos esquecer da princesa Isabel, a mulher que assinou a liberdade dos escravos que apanhavam, que eram tratados como animais. Também não podemos esquecer de uma outra mulher, Joana D'Arc, a chamada mulher de ferro, que libertou o povo francês.

Gostaria, srs. deputados, de deixar essa mensagem para v.exas. sobre a data de hoje: 13 de maio.

Quero prestar contas de que hoje estive representando este Poder no Centro de Convivência da Terceira Idade de São José, no VIII Seminário Regional de Formação para Operadores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o presidente da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares, Paulo Kons, que esteve aqui e assomou à tribuna por dez minutos.

Lanço um convite a v.exas. Amanhã, às 13h, no Auditório Antonieta de Barros, haverá a continuidade do evento, com uma palestra promovida pela ACCT, com diversas entidades participando através da comissão que presido, a comissão de Legislação Participativa.

Muito obrigada e que Deus abençoe a todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, srs. parlamentares que estão aqui, senhoras e senhores que nos acompanham nas galerias da Assembleia Legislativa, minhas senhoras e meus senhores.

Deputado José Natal, é comum falar das belezas turísticas, falar do nosso potencial turístico; é comum, deputado Silvio Dreveck, falar que Santa Catarina é um recanto diferenciado para todos. Mas, deputado Silvio Dreveck, não é comum o que vou apresentar hoje a esta Casa.

Nós vamos, amanhã, no encontro do WTTC, entregar um relatório das oportunidades de investimentos em Santa Catarina. Pela primeira vez na história do nosso estado e do país o encontro do WTTC acontece em nosso estado. Mas acontece, deputado Lício Mauro da Silveira, de uma forma profissional e não de uma forma amadora. Acontece para divulgar e colocar Santa Catarina no epicentro mundial da discussão turística.

Esse relatório que será entregue é motivo de orgulho para nós, catarinenses, pois dele constam oportunidades de investimento para empresários do mundo todo, deputado José Natal, que aqui estarão.

Esse encontro, que começa amanhã, contará com a presença, inclusive, do presidente da República, porque ele sabe da sua importância para Santa Catarina e para o Brasil.

O governo de Santa Catarina, através do governador Luiz Henrique da Silveira e do vice Leonel Pavan, mostra-se, mais uma vez, um governo articulado, empreendedor, motivador, que traz para Santa Catarina investidores mundiais.

E eu não poderia deixar de citar, dentre tantas pessoas que trabalharam para que esse evento aconteça a partir de amanhã, aqui em Santa Catarina, o próprio governador Luiz Henrique da Silveira e o vice-governador Leonel Pavan, que é o embaixador do turismo em Santa Catarina.

Também gostaria de citar o deputado Gilmar Knaesel, que no almoço da bancada falou das consequências desse encontro para o nosso estado; citar ainda Marcelo Fett, que organizou esse relatório de oportunidades, algo profissional, algo de dar inveja, algo que os outros estados do país, deputado Elizeu Mattos, vão ter orgulho e vão, com certeza, copiar, porque é algo muito bem feito.

Quero lembrar, por certo, de Vinícius Lummertz, que foi um dos idealizadores e que ajudou a trazer esse congresso para Santa Catarina; lembrar de Valdir Rubens Walendowsky, presidente da ABIH; lembrar do presidente da Abrasel e do presidente do Convention & Visitors Bureau.

O evento será realizado, a partir de amanhã, no Costão do Santinho, e eu tenho certeza de que os deputados se farão presentes porque Florianópolis e Santa Catarina se transformarão no epicentro dessas discussões.

A partir dali, quando chegar um empresário interessado em um desses investimentos que estão tecnicamente elaborados, estará à disposição um turismo receptivo, até com helicópteros, para levar até o local possíveis investidores. Isso é profissionalismo, isso é tratar com cuidado da nossa vocação, a vocação catarinense para o turismo de forma organizada, de forma produtiva, de forma inteligente.

Está havendo um pré-evento e a partir de amanhã começará o evento. Depois

dele, temos certeza, haverá desdobramentos positivos. Qual será a consequência, deputado Renato Hinnig? A consequência é que Santa Catarina se abrirá para o mundo e talvez surja a necessidade de implantarmos uma agência de investimentos para captar recursos e investimentos para Santa Catarina; um braço empreendedor do governo que possa trazer as grandes cadeias turísticas, como, por exemplo, a rede Marriott, a rede Hilton, a Intercontinental, que estarão aqui participando.

Mas o trabalho não se esgotará no evento. A partir dele é que o trabalho vai começar, a partir dele é que nós, catarinenses, com um governo preparado, com instrumentos adequados, precisaremos cativar, despertar, recrutar, porque turismo se faz com sonhos, faz-se com percepções, e é imperioso que os investidores saiam daqui, deputado Antônio Aguiar, impressionados com Santa Catarina. E esse documento é um exemplo de que nós temos um governo absolutamente preparado para essa nova etapa que Santa Catarina poderá assumir a partir do WTTC.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Nobre deputado Giancarlo Tomelin, Santa Catarina foi privilegiada por Deus com todas essas belezas que tem e pela sua gente. Mas foi muito mais agraciada agora pelo governo de Leonel Pavan e Luiz Henrique, que são dois obstinados a divulgá-la, a mostrar pelo mundo afora o seu potencial e que é muito mais vantajoso vir para cá do que ir para outros países.

Então, se nós estamos vivenciando este momento é graças às pessoas de Santa Catarina, à nossa gente que sabe recepcionar bem todos que para cá vêm. E o governador vai vender bem e conseguirá realmente obter lucro com o WTTC.

Parabéns, Leonel Pavan, que é um conhecedor do turismo. Parabéns, Luiz Henrique, que é um grande vendedor de Santa Catarina lá fora.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ele é um verdadeiro mascate, deputado José Natal. É isso que o governador de Santa Catarina fez, faz e fará pelos catarinenses, gerando oportunidades, gerando emprego, gerando renda e melhoria contínua dos serviços da rede hoteleira, da rede turística, do turismo ambiental, do turismo cultural, do turismo indígena, do turismo esportivo, do turismo rural, do turismo de eventos, do turismo de negócios, do turismo de lazer, do turismo de aventura, do turismo histórico, do turismo religiosos, enfim, do turismo catarinense.

Certamente esse evento deixará raízes profundas na cultura de Santa Catarina, com a capacidade de gerar uma grande agência de investimentos para o nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0014/2009.

Sobre esta matéria existe um requerimento de autoria do líder do governo que, com amparo no § 1º do art. 143 do Regimento Interno, solicita a este Plenário que permita a continuidade da tramitação da matéria nas demais comissões.

Este requerimento é regimental e esta Presidência o acata.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu gostaria que ele fosse colocado à apreciação do Plenário na sessão de hoje, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Se houver concordância dos líderes, será votado o requerimento.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0007/2009.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios ns. 0014/2009 e 0370/2008.

A comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios ns. 0059/2009 e 0079/2009.

Antes de darmos prosseguimento aos trabalhos desta sessão, esta Presidência solicita aos srs. deputados que estiverem em seus gabinetes que compareçam ao plenário para que tão logo tivermos feito a leitura dessas matérias possamos ter quórum qualificado para deliberar.

A comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável à seguinte matéria: Ofício n. 0404/2008.

Nós recebemos o requerimento do líder do governo, que solicita a discussão e votação do parecer da comissão de Constituição e Justiça com relação ao Projeto de Lei n. 0014/2009, que estabelece critérios para a municipalização do ensino fundamental da rede pública do estado e a movimentação de servidores e estabelece outras providências.

Consulto os srs. líderes para saber se há consenso para deliberarmos sobre o parecer da comissão nesta sessão ou se devemos incluí-lo na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão.

(Os líderes aquiescem.)

Havendo concordância dos srs. líderes, colocaremos em discussão o parecer da comissão de Constituição e Justiça que foi contrário à tramitação da matéria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo o quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Quero dizer apenas que fiquei feliz com o parecer da comissão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, v.exa. vai colocar em votação agora o parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Exatamente!

Em votação.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu penso que a secretaria da Educação, em alguns municípios, implementou esse projeto. E se não for dada continuidade ou se for mantido esse parecer, realmente haverá um prejuízo muito grande para o ensino em Santa Catarina.

Então, sou favorável à eversão do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que aprovam o parecer permaneçam como se encontram e os que rejeitarem, manifestem-se.

O Sr. Deputado Décio Góes (Intervindo) - Sr. presidente, é para votar na próxima reunião?

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Requeremos votação nominal, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Por requerimento do deputado Marcos Vieira, a votação será nominal.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, não havia sido feito acordo. Pediram para transferir e agora v.exa. está colocando em votação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Lício Mauro da Silveira, esta Presidência leu o requerimento, nós o acatamos, e depois foi colocado muito claramente, no início, que só poderia ser incluído se houvesse acordo entre os líderes. Eu perguntei se havia consenso entre os líderes e se poderíamos colocá-lo em votação e todos os líderes concordaram. Assim, está em discussão o parecer. Rejeitado o parecer da comissão de Constituição e Justiça, a matéria volta a tramitar nas comissões técnicas. Nós não estamos votando o projeto, mas apenas o parecer. E se ele for rejeitado, a matéria voltará a tramitar na comissão de Finanças e Orçamento e na comissão de mérito.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Posteriormente, será colocado em votação o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não, o requerimento já foi acolhido. Então, agora está em votação o parecer, que foi contrário, da comissão de Constituição e Justiça.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus

.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, solicito que a votação seja nominal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A votação será nominal. Isso já foi solicitado.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, a Constituição Federal prevê que o ensino de 1ª a 8ª séries seja uma atribuição do município e que o ensino médio seja uma obrigação do estado. Eu quero deixar

isso bem claro aos que estão acompanhando a sessão, para que também tenham a noção de que estamos votando com consciência.

Então, a responsabilidade do estado é com o ensino médio e a dos municípios, com o ensino fundamental.

Hoje, um grande número de colégios do ensino médio está a cargo dos municípios e o ensino de 1ª a 8ª série está a cargo do estado. Para fazer essa adequação constitucional, nós temos que dar instrumento ao governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Nobre deputado, com todo respeito que temos a v.exa., pois esta Presidência tem interesse em ouvi-lo, mas não há nenhum interesse também em atropelar a votação.

Nós tínhamos encerrado a discussão e colocado em votação. V.Exa. voltou a discutir a matéria e, para ser justo com os demais deputados, vamos voltar a discutir a matéria e depois abriremos a votação, para que todos os deputados que queiram discutir a matéria possam também discutir. V.Exa. pode concluir e depois vamos reabrir a discussão.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu queria encerrar o meu pensamento dizendo que nós precisamos dar o instrumento ao governo do estado para que faça essa adequação.

Por isso o PSDB orienta o voto contrário ao parecer que foi dado na comissão. Ou seja, que volte a ser discutido o projeto.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, eu tenho uma questão de ordem para depois da discussão e antes da votação.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, todos nós sabemos que houve uma série de modificações dentro do processo educacional ao longo dos anos. Hoje, estamos aqui discutindo o problema da educação básica. A educação básica é dividida em três níveis: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. O ensino médio ainda não está em discussão, porque é de responsabilidade do estado. Estão em discussão o ensino infantil e o ensino fundamental.

Porém, eu entendo que é extremamente perigoso fazer essa transferência do ensino infantil e fundamental para os municípios, em face dos índices de desenvolvimento econômico da educação básica do estado e de muitos municípios estarem abaixo do preestabelecido, em torno de 4, 4,2, 4,5. Não há nenhum acima de 5.

Ora, os municípios já têm os seus problemas. E se forem transferidos todos os alunos do ensino fundamental para o município vão criar um caos, um problema à educação infantil e à educação fundamental, que é a base, o alicerce para o ensino médio e o ensino básico, que são a base para o ensino superior. Isso é um absurdo! Temos que permanecer da forma como foi colocado o parecer da comissão de Constituição e Justiça.

São essas as colocações que eu gostaria de fazer. É importante que v.exas. atentem para esse problema que é muito sério mesmo! Acho até, se for o caso, que devemos pedir ao secretário da Educação que venha a esta Casa para explicar tudo detalhadamente. São serííssimas essas colocações! Repito, sr. presidente, querem municipalizar o ensino infantil e o ensino fundamental, mas em que espaço? De que forma vai ser? E se o ensino fundamental e o ensino infantil, nos municípios, já não andam bem, vamos acrescer um problema serííssimo.

É preferível, então, que o líder do governo retire esse processo, agilizando de outra forma, e seja convocado o secretário, juntamente com os seus assessores, para vir a esta Casa, a fim de explicar diretamente a todos nós, deputados, essa questão, para que esse assunto seja exaurido em toda a sua dimensão.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, eu quero somente esclarecer o seguinte: não estamos aqui discutindo a aprovação ou não do projeto de lei, mas apenas a tramitação é que vai ser deliberada hoje.

Com relação ao que os deputados estão colocando aqui, como considerações de mérito sobre a matéria, haverá espaço propício para isso acontecer nas comissões de mérito e no próprio plenário quando o projeto vier à votação.

Assim sendo, eu entendo que não cabe aqui, neste momento, discussões de mérito da matéria, já que o parecer da comissão apenas avalia as condições de legalidade e juridicidade da tramitação.

Então, o debate vai ser rico e todos terão oportunidade de se manifestar. O que se discute agora é apenas a regular tramitação da matéria, para que todos possam, nas comissões e em plenário, discutir o seu mérito.

Era apenas isso que eu queria colocar, sr. presidente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, nós arquivamos, na comissão de Constituição e Justiça, essa matéria votando a favor do parecer do eminente deputado Pedro Uczai. Por maioria inédita, eu diria, de quatro deputados da Oposição, com apenas dois do governo que compareceram àquele momento na referida comissão, conseguimos arquivar essa matéria.

Nós nem entramos no mérito na discussão. E eu também não farei agora porque nós sabemos fazer contas aqui e o governo tem maioria larga para derrubar em plenário o parecer, que só vai ser votado por conta de acordo de líderes.

Portanto, a Oposição não pode ser chamada de intransigente, como o governador e alguns dos seus gostam de fazer. Porque se os líderes da Oposição não tivessem concordado, a matéria nem poderia ser deliberada hoje. E se apertar bem aqui no plenário, se conseguirmos quórum, eu não tenho tanta certeza assim de que o governo conseguirá manter 21 deputados aqui dentro.

Digo isso para mostrar a boa vontade que já relatamos ao eminente líder do governo, deputado Elizeu Mattos.

Agora, quero adiantar que na discussão do mérito, deputada Professora Odete de Jesus e deputados municipalistas, vou começar a conversar com os prefeitos de cada município, porque isso aqui, da forma como veio, é mais uma bucha no colo dos prefeitos. É mais um problema sério para os prefeitos, porque de novo vamos transferir responsabilidade sem fazer o devido pagamento, deputado Genésio Goulart.

Com a educação infantil já aconteceu o mesmo. O que os governos federal e estadual disseram? Que a responsabilidade da educação infantil é dos municípios. V.Exa., que foi prefeito, deputado Genésio Goulart, diga-nos qual o seu drama de manter as vagas da educação infantil? E se não fossem entidades como a Aproet - Associação de Promoção e Educação Tubaronense - e outras parcerias o município não conseguiria atender. Então, os municípios, deputado Gelson Merísio, já têm a responsabilidade sem o financiamento do ensino da educação infantil de zero a seis anos.

Agora, deputado Sílvio Dreveck, eu sou professor de carreira, eu defendo que o ensino de 1º grau, atual ensino fundamental, tem que ser transferido para o município, sim. Eu acho, deputados Dagomar Carneiro e Moacir Sopelsa, que essa responsabilidade tem que ser do município, e ele fará melhor, mas tem que passar o dinheiro para os municípios fazerem, porque eles estão quebrando! Todos, sem exceção!

Mas vejam, segundo o projeto, o professor vai ter a opção de continuar no estado ou ir para o município. Bom, se o município não assumir, sabe o que consta do projeto de lei, deputado Moacir Sopelsa? Que o município terá que ressarcir para o estado o dinheiro daquele professor, isso já descontado do FPM. E ainda há a questão da transferência do patrimônio, que não está clara aqui também. As dúvidas, então, são muitas.

Deputado Padre Pedro Baldissera, se aprovarmos esse projeto como está, vamos de novo fazer com que o estado - e eu não estou falando isso do secretário Paulo Bauer, não, até porque a responsabilidade dos municípios vai entrar em vigor em 2011. E eu não sei nem quem será o governador em 2011. Mas não posso concordar, deputado José Natal, que fiquemos aqui aprovando cada vez mais a transferência de responsabilidades para os municípios, que é onde as pessoas moram, que é quem tem que dar a satisfação primeira para o cidadão, porque não é na porta do governador que o cidadão que não tem vaga na creche, que não tem vaga no ensino fundamental, vai bater, deputado Aguiar; é na porta do prefeito, é na porta do secretário da Educação.

Estou aqui na defesa dos 293 municípios, e quem tem mais prefeitos no estado é o PMDB, que tem 110 prefeituras. Eu tenho certeza de que se os 110 prefeitos do PMDB analisarem isso daqui, não vão concordar com o projeto da forma como está.

Nós temos que fazer a defesa dos municípios: descentralizar é fortalecer aquele ente onde as pessoas moram! Mas devemos fortalecer os municípios e não transferir-lhes mais responsabilidades sem o devido financiamento.

Vai passar, mas vamos discutir muito esse projeto antes de colocar o nosso voto repassando essa responsabilidade para os municípios.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, é um tema

muito perigoso, de muita responsabilidade, eis que estamos tratando com crianças, com adolescentes. Portanto, esse tema teria que ir para uma ampla audiência pública, com o secretário, com representantes deste Poder, com prefeitos. Então o tema é bastante polêmico, perigoso, e eu vou votar a favor da decisão da comissão de Constituição e Justiça pela rejeição da matéria.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, há uma mistura, não é a questão de mérito que estamos votando aqui. O deputado Cesar Souza Júnior foi muito feliz na sua argumentação e colocou corretamente. Esse tema pode ser debatido, melhorado, estudado e discutido nas comissões de mérito. Mas se quisermos uma audiência pública, se quisermos discuti-lo, temos que entender que ele não é uma criação de Santa Catarina, ele é um projeto autorizativo, e o município que não quiser, não vai municipalizar. Ele é autorizativo. Tem que haver a adesão do município.

Outra coisa: a discussão desse projeto tem que se dar nas comissões de mérito. Não adianta querer fazer a municipalização no ano que vem, se não existir a lei. Porque se não for discutida a questão, de uma hora para outra, de supetão, não pode o problema cair no colo das prefeituras sem planejamento, sem organização.

A única coisa que estamos votando aqui, repito, é a tramitação da matéria. Não estamos votando o mérito, não estamos votando o projeto, mas tão-somente a tramitação da matéria nas comissões desta Casa. E isso pode ser emendado, pode ser estudado. Podemos conversar com o secretário da Educação, quando tivermos dúvidas sobre a matéria, mas precisamos de oportunidade para discutir.

O Sr. Deputado Décio Góes - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores acompanha o voto da comissão de Constituição e Justiça, entendendo que o projeto lá foi rejeitado e que, portanto, deve o governo repensar o projeto, discuti-lo com as prefeituras, porque representa um impacto muito grande para as municipalidades.

Eu fui prefeito e sei o que seria Criciúma receber todo o ensino fundamental de uma hora para outra. Esse projeto não prevê o tempo que o líder do governo está sugerindo. Ele tem que tramitar até o dia 6 do mês que vem e dessa forma não dá para fazer uma audiência pública, para consultar a Fecam, para fazer nenhum tipo de diálogo. Acho que o projeto do jeito que está não é salutar nem para o governo nem para a sociedade catarinense nem para a educação pública e nem para os municípios.

Precisamos criar um espaço de debate sério, e esse é um tema delicado. Os municípios têm dificuldade de discutir esse tema e temos a responsabilidade de ser os mediadores desse processo. Acho que a Assembleia Legislativa pode cumprir um papel muito importante de mediar essa negociação, esse processo. Ninguém está aqui discutindo o mérito, achamos que o município deva receber, mas com recurso, com condições que lhe permita realmente dar conta do recado. Porque se tudo isso não resultar em qualificar a educação, se não resultar em melhorar a qualidade do ensino, é melhor deixar como está. Só se justifica se for para melhorar a qualidade do ensino, e para isso precisa haver certas condições.

Então, fazemos aqui um apelo ao líder do governo, no sentido de levar o projeto ao governo, estabelecer outro tipo de diálogo e manda-lo de volta com tempo que possamos fazer debates, porque é essa a tarefa que o povo quer de nós.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, o que esta Casa está fazendo, nesta tarde, é simplesmente a eversão do que aconteceu na comissão de Justiça, que pediu o arquivamento da matéria. Nós vamos fazer o quê, se rejeitarmos o parecer? Vamos dar a possibilidade de a matéria ser colocada em discussão nas comissões técnicas.

Volto a dizer que alguns municípios já aderiram e vão ser prejudicados, tanto as crianças como o estado. Então, tem que ter responsabilidade, tem que tomar cuidado, pois ninguém está votando nada; nós estamos pedindo que essa matéria volte a ser analisada, regimentalmente. Então, ninguém está enganando ninguém; o governo não está enganando ninguém. Ele está pedindo que a matéria volte a ser analisada e que sejam oportunizadas todas essas discussões que estão sendo colocadas aqui, neste momento. É preciso que isso fique bem claro.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - A nossa intenção é realmente ajudar. Ninguém está aqui querendo fazer marola, não. Até porque se passar como está aqui, quem vai ter que responder sobre isso é o Parlamento como um todo, e responder para os seus, como eu disse: cada um para o seu prefeito.

Eu acho, sr. presidente, que o acordo que poderíamos fazer aqui é o seguinte - e quero propor isso ao líder do governo, ao presidente da comissão de Finanças, deputado Marcos Vieira, que é para onde a matéria vai primeiramente, antes de ser aprovada aqui: que se assuma já o compromisso de retirar o regime de urgência, porque senão não vai dar, senão é conversa, pois não vamos conseguir aperfeiçoar a matéria, deputado Renato Hinnig. Tem que retirar o regime de urgência e aí, sim, voltar a discutir, a aperfeiçoar, a ajudar. É isso que nós queremos. Isso vai ser bom para todos. Acho que retirando o regime de urgência, nós poderemos voltar a discutir e aperfeiçoar essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Joares Ponticelli, quem pode concordar ou não com esse tema é o líder do governo, que tem a prerrogativa legal de fazer esse pedido.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, eu concordo, plenamente, com a argumentação do deputado Joares Ponticelli de que o prazo final de apreciação da matéria em regime de urgência haverá de expirar no dia 6 de junho deste ano, se este plenário deliberar pela tramitação.

Então, sr. presidente, eu corroboro com as colocações do deputado Joares Ponticelli, na condição de presidente da comissão de Finanças. E solicito ao líder do governo nesta Casa que atenda a solicitação e que retire o regime de urgência, para que possamos ter um tempo maior de tramitação e apreciação da matéria nesta Casa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, essa matéria já vem sendo discutida e há ainda espaço para uma ampla discussão. Nós não queremos aprovar a matéria já; nós estamos dando oportunidade de tramitação. Mas se for para o bom andamento da matéria, nós retiramos o regime de urgência, para que ela siga o rito normal da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não há condicionante, deputado Elizeu Mattos, ou retira ou não retira.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está retirado o regime de urgência da matéria.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, há concordância da Oposição em votar contra o parecer para que o projeto tenha uma tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Estão todos os deputados de acordo?

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, só para fechar, encontra-se concluso com este deputado para relatório projeto de lei no mesmo sentido, que efetua a passagem do ensino infantil para os municípios.

Então, acho que ele merece também a retirada do regime de urgência, já que são projetos similares e devem tramitar no mesmo rito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Havendo, agora, a concordância, não vejo mais necessidade de voto nominal, a não ser que haja solicitação de algum deputado.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, diante do acordo, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota pela tramitação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) -

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Está rejeitado o parecer da comissão de Constituição e Justiça, e a matéria volta a tramitar conforme o Regimento Interno.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Era exatamente isto, sr. presidente, que não haveria mais necessidade da votação nominal.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, queremos apenas justificar e não dizerem que votamos contra o nosso próprio voto. Havíamos arquivado a matéria, até porque com regime de urgência não haveria como discutir e aperfeiçoar o projeto. Agora, diante do acordo, votamos a favor e agradecemos ao líder do governo por atender o nosso pleito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em turno único do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0149/2009, de autoria do governo do estado, que autoriza o Poder Executivo a reestruturar o saldo da dívida do estado de Santa Catarina com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, vinculada ao Contrato n. 080/PGFN/CF, de 27 de setembro de 2001, e a prestar as necessárias garantias (valor R$ 882.744.797,38).

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, essa medida provisória trata de um assunto relevante para o estado de Santa Catarina. E, mais do que isso, pelo que estabelece a medida provisória, vale esclarecer até para a população catarinense, para a sociedade, para a imprensa, que tem o papel fundamental de levar as informações a toda a sociedade, o seguinte:

Em primeiro lugar, devemos esclarecer que essa medida provisória, deputado Antônio Aguiar, renegocia a dívida para este governo porque este valor de R$ 882.744.797,38 está negociado em 240 meses através da tabela Price, com juros de 6,698% mais INPC.

Em segundo lugar, o que a medida provisória faz através dessa conversão em lei? Reduz o pagamento para o governo em 12 meses. O governo vai pagar 25% dos encargos da dívida total. Ou seja, para exemplificar, se a prestação é de R$ 10 milhões mensais, nos primeiros 12 meses o governo do estado pagará 25%. Nos outros seis meses serão pagos 50% dos encargos da dívida. Portanto, num exemplo hipotético, de R$ 10 milhões mensais pagaria R$ 5 milhões. Findo esse prazo, a dívida será reestruturada. Ou seja, vai ter que estender, até porque o próprio artigo cita que o valor da prestação será o mais próximo possível do que se paga.

Portanto, srs. deputados, não há como não estender a dívida, senão, evidentemente, a prestação será mais alta. Nós estamos querendo mostrar que essa negociação está sendo feita em curto prazo, deputado Lício Silveira, apenas para 18 meses. Mas o estranho é que o governo diz que vai aumentar a arrecadação. Aumentar a arrecadação? Eu não entendo assim. Ele vai deixar de pagar uma dívida que será paga pelo estado de Santa Catarina lá na frente, ou seja, em mais prestações. Então, temos que deixar muito claro o que vai ocorrer com essa conversão da medida provisória em lei, ou seja, uma dívida que existe está sendo amenizada em curto prazo: apenas 18 meses.

Em terceiro lugar, fizemos, através de nossa bancada, um estudo profundo para dar uma grande contribuição a essa medida provisória que está sendo convertida em lei, porque observamos que no decorrer da conversão está colocado nela como se mantivesse a medida provisória, mas os arts. 4º, 5ºe 6º fazem a conversão. O presidente da comissão de Finanças e Tributação, deputado Marcos Vieira, acatou o nosso voto de vista para contemplar a medida provisória na conversão em lei.

Portanto, srs. deputados, sras. deputadas, nós mais uma vez, através de nossa bancada, mesmo que na Oposição, demos a nossa contribuição, fomos favoráveis à conversão da medida provisória em lei e conseguimos aperfeiçoá-la. E por conta disso, eu não poderia deixar de fazer aqui uma manifestação, deputado Nilson Gonçalves, já que é necessário que se esclareça que a conversão da medida provisória em lei vai permitir ao governo, nos próximos 18 meses, ter uma condição melhor de caixa, porque vai deixar de pagar o valor total da prestação (100%), para pagar apenas 25%.

O que nós esperamos, srs. deputados, é que os recursos advindos da redução do pagamento dos encargos da dívida por esse prazo possam, de fato, ser investidos em educação, em segurança, em saúde e no sistema viário catarinense.

Assim, por conta disso, sr. presidente, somos favorável à aprovação da conversão da medida provisória em lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, apenas para corroborar com aquilo que foi dito pelo deputado Silvio Dreveck, quero dizer que hoje, na reunião ordinária da comissão de Finanças e Tributação, fui relator da matéria, mantive o meu relatório, acatei a conversão da medida provisória em lei, que está hoje já incorporada ao meu relatório, e tivemos os votos favoráveis da bancada do PP.

Então, é muito importante o projeto de lei para o governo do estado de Santa Catarina, sr. presidente.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, a bancada do Partido do Trabalhadores entende que a renegociação dessa dívida é um pedido meio atravessado do governo. É como alguém que fez um financiamento no banco e volta para pedir a renegociação da dívida porque estaria com alguma dificuldade. Mas o estado não diz por que quer renegociar. Na exposição de motivos não diz se é por causa das cheias, das calamidades de novembro ou da seca que assola o oeste.

Ao reduzir a prestação para 25% durante um ano e 50% nos próximos seis meses, o estado vai ter uma redução de gastos, mas não diz no que vai investir esse dinheiro. Por exemplo, o dispêndio anual desse financiamento dá um total de R$ 75 milhões. O estado vai economizar R$ 62 milhões. Mas se ele usasse esse dinheiro para investir na reconstrução de pontes, de estradas, de habitações, na construção de açudes, de represas, para prevenir as cheias; na construção de cisternas para armazenar água da chuva, aí seria justo e importante, mas economizar esse dinheiro para jogar para o fim do contrato, sem dizer em que vai investir, sem ter nenhum compromisso de investir nas calamidades, eu não concordo. Esses R$ 75 milhões estão previstos no Orçamento para pagar. Por que não paga? Por que deixar para o próximo governo?

Portanto, não tem sentido esse projeto da maneira como está apresentado. Entendo que o governo do estado está ajudando a inviabilizar os governos futuros, negando-se a pagar hoje uma dívida que está prevista no Orçamento e que teria condições de pagar. Pelo menos na exposição de motivos não diz o motivo da renegociação e em que vai colocar o dinheiro. Não acho responsável aprovarmos esse projeto da forma como está.

Nesse sentido, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota contra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com os votos contrários dos deputados Décio Góes e Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência consulta os srs. líderes para saber se pode encerrar esta sessão e convocar outra, extraordinária, a fim de votarmos a redação final deste projeto, uma vez que amanhã é o prazo final da medida provisória, e também deliberarmos sobre matérias que restaram na pauta da Ordem do Dia desta sessão.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância dos srs. deputados, encerramos a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h49.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 015ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2009
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 16h49, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral -Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Cardozo - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha a votação contrária à redação final do projeto de conversão em lei de MP 0149/2009.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Solicita a retirada da pauta da Mensagem de Veto 0909/2009.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem 00918/2009, que dispõe sobre veto total ao PL 0409/2007, de sua autoria, que dispõe sobre a realização de testes vocacionais gratuitos para os alunos das escolas públicas estaduais.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Pede a retirada da pauta da Mensagem n. 0923/2009, que dispõe sobre veto total ao PL 0046/2007, de sua autoria, que dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do estado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha a votação contrária ao PL 0045/2009, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (construção do Centro Cultural e de Ensino da Aliança Francesa).

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Encaminha a votação favorável ao PL 0045/2009, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (construção do Centro Cultural e de Ensino da Aliança Francesa).

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Encaminha a votação favorável ao PL 0045/2009, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (construção do Centro Cultural e de Ensino da Aliança Francesa).

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Registra a presença de José Toshimori Nakane e Patrick Maury, consultores do BID.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Comenta que o ginásio do Colégio Germano Wagenfhur, em Porto União, foi totalmente reformado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Parabeniza o governador pela reforma do ginásio de esportes do Colégio Germano Wagenfhur, em Porto União.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Discute o PL 0289/2008, de sua autoria, que altera a redação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra seu voto contrário ao PL 0545/2007, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que dispõe sobre a proibição da capina química nas áreas que relaciona.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discute o PL 0314/2008, de sua autoria, que institui o programa Doadores do Amanhã no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Discute o PL 0314/2008, que institui o programa Doadores do Amanhã no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha a votação favorável ao PL 0360/2008, de autoria do deputado Edison Andrino, que institui o Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X-Frágil.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha a votação favorável ao PL 0360/2008, de autoria do deputado Edison Andrino, que institui o Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X-Frágil.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Solicita subscrever o Requerimento n. 0594/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, os Requerimento n.s 0600/2009 e 0601/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Pede para discutir o Pedido de Informação n. 0071/2209 de sua autoria.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Lembra que haverá o pronunciamento de André Gaidzinski, do Cejesc, conforme acordo de lideranças.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o PI 0071/2009, que trata dos vencimentos dos delegados de polícia entre 2003 e 2009.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Expressa sua concordância com o fato de que o salário dos delegados de polícia precisa ser reajustado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Comunica que a pedido do prefeito de Ipumirim iniciará debate diário acerca da queda do movimento econômico dos municípios.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Fala da presença dos agricultores familiares na capital e de sua pauta de reivindicações; elogia as medidas tomadas pelo governo federal para socorrer os municípios atingidos pela estiagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do projeto de conversão em lei de Medida Provisória n. 0149/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, queremos dizer que, mais uma vez, entendemos que o governo não explicou para que ele quer aprovar esse projeto, por que está pedindo a renegociação da dívida. Também não disse em que iria colocar os recursos, queimando, inclusive, uma possibilidade, porque essa é uma ideia inteligente. Numa calamidade, por exemplo, dá para usar essa ideia. Agora, se houver outra calamidade, não dá mais para usar porque ele usou irresponsavelmente agora esse artifício e ainda pediu regime de urgência numa matéria que não tem urgência nenhuma.

Então, votamos contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada, por maioria, a redação final.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0909/2009...

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, solicito que seja retirada da pauta essa mensagem de veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A mensagem pode ser retirada com a concordância dos líderes ou a pedido do líder do governo, que é quem mandou a matéria.

Consulto as lideranças para saber se há concordância.

(Os líderes aquiescem.)

Havendo a concordância dos líderes partidários e do governo, está retirada da pauta a Mensagem n. 0909/2009.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00918/2009, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0409/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a realização de testes vocacionais gratuitos para os alunos das escolas públicas estaduais.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, esse projeto é de fundamental importância para os filhos dos trabalhadores catarinenses. E se o governo entende que o Legislativo não tem essa competência, essa prerrogativa, solicito, portanto, que remeta projeto de lei dessa natureza a esta Casa, para que Santa Catarina propicie que os estudantes do 2º Grau da escola pública façam o teste vocacional e escolham a profissão adequada para o seu futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

A votação será secreta, por meio do painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam o veto.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Enquanto são colhidos os votos, esta Presidência registra a presença no plenário do sempre deputado Lírio Rosso.

Votaram 27 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 18 votos "sim", oito votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0923/2009, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0046/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do estado e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de pedir que fosse retirado da pauta, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Há concordância dos srs. líderes?

(As lideranças aquiescem.)

Está retirada da pauta a Mensagem n. 0923/2009.

Discussão e votação em turno único de Projeto de Lei n. 0022/2009, de origem governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008/2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0045/2009, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (construção do Centro Cultural e de Ensino da Aliança Francesa).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, com relação ao Projeto de Lei n. 0045/2009, devo dizer que, embora seja uma entidade que é extremamente bem-vinda ao estado - este é o ano da França -, temos que ter uma política para os terrenos do estado. Não é possível desfazer-se de terreno do estado e fazer concessões sem critérios.

No caso em tela, trata-se de um terreno que faz parte do complexo, do conjunto da Casa d'Agronômica. É um terreno que, a nosso ver, deveria ser mantido, pois tem valor cultural, valor simbólico, está totalmente arborizado. Toda aquela quadra deveria ser incorporada num parque da Agronômica para, no futuro, ser um ponto de referência e um espaço cultural importante para a cidade.

Sem entrar ainda no mérito, só rapidamente quero dizer que vi o projeto arquitetônico - e sou arquiteto -, e ele retira todas as árvores do terreno. Além disso, o subsolo do prédio ocupa 100% do terreno, não deixa área de absorção do solo nem para algum tipo de drenagem.

Então, não quero entrar na questão da qualidade do projeto, acho que é um projeto bonito, bom, mas possui este inconveniente, que é o subsolo do prédio ocupar 100% do terreno, ficando a taxa de impermeabilidade completamente exaurida. Como é um terreno que faz parte do parque da Agronômica, entendo que aquela área toda deva ser preservada. Lá já foi construída a subestação da Celesc, mas é um espaço público, de interesse público, uma obra de uso público.

Nesse sentido, nós votaremos contra porque achamos que o estado deva ter uma política de gerenciamento e de como fará as concessões dos terrenos públicos, pois o interesse público maior tem que prevalecer.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, nós estudamos também detalhadamente esse projeto, achamos extremamente importante pela cultura, pelo elo cultural que a França tem em relação ao Brasil. Este ano estamos comemorando, no Brasil, o Ano da França, que iniciou no dia 21 de abril, Dia da Inconfidência Mineira, e terminará no dia 15 de novembro, Dia da Proclamação da República.

Eu também tive a possibilidade, mesmo não sendo arquiteto - sou engenheiro -, de fazer uma análise rápida do projeto. Ele realmente está situado naquela área nobre e pelo porte lá é que deve estar situado mesmo, não pode ser em outro local. Acredito piamente, pelo que vi no projeto, que existe lá, sr. deputado Décio Góes, área verde. Nós aqui não vamos entrar na questão de que o estado tem ou não tem uma política para doar os terrenos, porque isso nós vimos fazendo ao longo do tempo.

Até acho que a colocação que v.exa. fez é pertinente, deve ser feito isso pelo estado, mas no presente momento, pela importância do assunto, pelo elo cultural que Brasil e França possuem, eu pediria aos meus companheiros do Partido Progressista que autorizassem a concessão do uso de imóvel para que a Aliança Francesa pudesse realmente implantar esse monumento próximo à subestação da Celesc, na avenida Beira-Mar.

Quanto ao projeto de lei, cabe salientar que, se não for cumprido o tempo determinado, esse terreno será devolvido e também será instalado o centro cultural. Também está previsto no projeto que, se ele deixar de funcionar, esse prédio voltará ao estado.

Enfim, eu vejo uma importância fundamental em apoiar o ensino da Aliança Francesa, pela cultura que traz ao nosso estado e ao nosso país. E tomo a liberdade de pedir aos outros srs. deputados que votem a favor desse projeto, em face da grande importância que tem no âmbito cultural.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, rapidamente, eu gostaria apenas de destacar e elogiar essa iniciativa do governo do estado que, tendo uma área pública, ao invés de colocar mais prédios públicos aumentando a sua burocracia, doa essa área para uma importante iniciativa cultural em Florianópolis, onde há grande escassez de opções culturais, principalmente relacionadas à cultura francesa.

Eu quero destacar que é um ganho para a cultura em Florianópolis, cidade que sofre muito com a falta de opções culturais a sua população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com os votos contrários dos deputados Dirceu Dresch, Padre Pedro Baldissera e Décio Góes.

Esta Presidência registra a presença no plenário do ex-prefeito de Xanxerê, vereador Hélio da Silva Winckler.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0058/2009, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Alfredo Wagner (regularização da ocupação da secretaria municipal de Educação).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Gostaria de registrar a presença do srs. José Toshimori Nakane e Patrick Maury, consultores do BID, que estão desenvolvendo, em parceria com o governo do estado e esta Casa, o projeto de um plano diretor para o desenvolvimento sustentável da bacia do rio Uruguai. Esse projeto é extremamente importante e vai trazer dados consistentes para que os

municípios banhados pelo rio Uruguai possam desenvolver seus planos diretores e melhorar a qualidade da água da bacia em questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0133/2009, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 3.414, de 1964, que declara de utilidade pública a Associação Hospital Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0134/2009, de autoria de comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 12.289, de 2002, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Nova Acrópole de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2009, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 7.702, de 1989 (pensão mensal aos portadores de necessidades especiais).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição de Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será através do painel eletrônico, pois necessita de maioria qualificada, ou seja, que 21 srs. deputados votem a matéria.

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 27 votos “sim”.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0132/2008, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Henrique Meyer o ginásio de esportes da Escola Básica Professor Germano Wagenfhur, do município de Porto União.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Gostaria apenas de comentar que esse ginásio foi totalmente reformado. Eu estive no Colégio Germano Wagenfhur, no município de Porto União, e em breve teremos a sua inauguração, não é, deputado dr. Antônio Aguiar?

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Essa foi uma reforma polêmica realizada em Porto União, devido a sua construção, que também foi polêmica. Com a reforma, o ginásio de esportes do Colégio Germano Wagenfhur será uma grande aquisição do município de Porto União proporcionada pelo governo do estado.

Parabenizo o governador Luiz Henrique da Silveira e o deputado Paulo Bauer por mais essa realização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0184/2008, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que institui o Dia Estadual do Vinho.

Esta Presidência registra que não é só o vinho de missa, são todos os vinhos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0289/2008, de autoria do deputado Edison Andrino, que altera a redação do § 2º do art. 6º da Lei n. 13.553, de 2005, que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, gostaria apenas de fazer um esclarecimento e aproveitar a oportunidade para agradecer ao deputado Marcos Vieira pela emenda que aperfeiçoou o projeto.

Na realidade, a Lei n. 13.553/2005, aprovada por esta Casa, que diz respeito ao gerenciamento costeiro em Santa Catarina, exige um estudo prévio do impacto ambiental de qualquer tipo de construção nessa área de gerenciamento costeiro.

Entretanto, a própria legislação federal não exige para residências e pequenas construções um estudo de impacto ambiental, mesmo porque esse estudo é caro. Vejam v.exas. que qualquer cidadão que queira construir nessa região, nessa zona, ter que fazer esse estudo caro e demorado.

Então, o nosso dispositivo faz com que construções que não tragam impacto ambiental não precisem ter o estudo de impacto ambiental aprovado pelos órgãos competentes, quer federais, quer estaduais.

Além disso, o deputado Marcos Vieira apresentou uma emenda dispondo que a decisão sobre o tipo de empreendimento, de construção, se é ou não de pouco impacto ambiental, é do Cosema. Esse órgão vai decidir se a construção acarretará impacto ambiental ou não.

Assim, gostaria de solicitar a esta Casa a aprovação desse projeto, porque ele vai ao encontro do aperfeiçoamento da lei aprovada em 2005 pela Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0545/2007, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que dispõe sobre a proibição, em todo o território de Santa Catarina, da capina química nas áreas que relaciona.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Resolução n. 0013/2007, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que cria a Semana de Educação para Cidadania no âmbito do Poder Legislativo Estadual, a ser celebrada na primeira semana de dezembro de cada ano.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0314/2008, de autoria do deputado Manoel Mota, que institui no estado de Santa Catarina o programa Doadores do Amanhã.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu gostaria de fazer um registro sobre o projeto de lei de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que proíbe a capina química no estado de Santa Catarina.

V.Exa. falou que o projeto foi aprovado por unanimidade, mas gostaria que ficasse registrado o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Essa Presidência não percebeu quando da votação, mas está registrado que houve a aprovação por maioria, com o voto contrário do deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada.

(Passa a ler.)

"O Projeto de Lei n. 0314/2008 institui no estado de Santa Catarina o programa Doadores do Amanhã.

Trata-se de um projeto de lei que visa disseminar na cultura brasileira o hábito da doação voluntária de sangue, órgãos e tecidos, através de informação, conscientização e formação do jovem (alunos da rede pública e privada de ensino) que será o futuro doador.

A proposta já foi aprovada nas comissões de Constituição e Justiça e de Saúde, e aguarda a votação em plenário.

Para a execução do referido programa, os órgãos competentes do Poder Executivo poderão capacitar servidores públicos para ministrarem palestras sobre o tema, bem como convidar especialistas na matéria, podendo ainda firmar parcerias ou convênios com entidades públicas e privadas.

Só para se ter uma ideia, o Brasil tem uma lista de espera de 66 mil pacientes que precisam de algum tipo de transplante, mas apenas 15 mil operações desse tipo são feitas anualmente. Seriam necessários quatro anos só para atender aqueles que já têm problema. Segundo dados, a cada dois segundos um paciente necessita de transfusão de sangue no Brasil.

Vale registrar que Santa Catarina é referência em doação de órgãos e de tecidos no Brasil e também de doadores de sangue."

Por isso, nós estudamos esse projeto para que pudéssemos preparar os alunos das escolas para o futuro. Santa Catarina tem dado demonstração de solidariedade e assim poderemos ter a certeza e a garantia de que continuaremos sendo modelo para o Brasil.

Então, eu diria, sr. presidente, que o projeto que nós estamos votando, neste instante, deputada Professora Odete de Jesus, não é uma invenção do deputado Manoel Mota. É fruto de um levantamento real do povo catarinense, que tem sido modelo nessa área de doadores.

É preciso reconhecer que estamos preparando um futuro mais brilhante para essas pessoas desesperadas. Ora, se já fizemos 15 mil cirurgias e ainda há 66 mil pessoas aguardando, v.exas. podem fazer uma ideia do que pode acontecer.

Estamos preparando uma solução, estamos possibilitando a contratação de especialista da área e a capacitação de servidor público, a fim de que Santa Catarina continue sendo esse modelo quanto à doação de sangue e de órgãos, pois nessa prática nós somos referência no país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero apenas para fazer um comentário alusivo ao projeto, parabenizando o deputado pela iniciativa.

Eu tive na família necessidade de conseguir um doador próximo e quero dizer que estarei apresentando a esta Casa projeto prevendo algum benefício objetivo para quem doa, pois, às vezes, quem recebe o transplante tem benefícios. As pessoas cardíacas ou as que recebem um transplante de rim têm benefício, inclusive, na compra de automóvel. No entanto, deputado José Natal, quem faz a doação, quem se dispõe a esse ato humano, a esse ato solidário, a esse ato de saúde pública, não tem certos benefícios.

Este deputado está estudando a matéria e vai ao encontro do que disse o deputado Manoel Mota, porque o projeto de sua autoria vai ser muito bem aceito pela comunidade, pois é um projeto inteligente.

Estaremos encaminhando a esta Casa a matéria para que possamos discutir um benefício objetivo àqueles que fazem a doação, àqueles que se doam pela comunidade e passam por problemas diversos decorrentes da doação de órgãos. E a imprensa nacional tem divulgado a importância disso.

Portanto, quero registrar nesta Casa que este deputado estará fazendo um projeto dessa natureza e quero parabenizar o deputado Manoel Mota pela sua iniciativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais o quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0359/2008, de autoria do deputado Jailson Lima, que torna obrigatória a administração das vacinas do calendário básico nacional e outras determinadas pela secretaria de estado da Saúde e disciplinadas por normas técnicas, para ingresso em instituições públicas e de ensino do estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0360/2008, de autoria do deputado Edison Andrino, que institui o Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X-Frágil.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, faço questão de fazer este encaminhamento de votação até porque na comissão de Saúde nós tratamos deste assunto. Estava presente naquela reunião da comissão e fiz a leitura do relatório do deputado Giancarlo Tomelin sobre esse projeto.

Quando falaram em Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X-Frágil, confesso que nunca tinha ouvido este nome.

Eu, que sou um amante de lanches, já me lembrei do x-salada, x-*bacon*, x-galinha, x-calabresa. E aí olhei a palavra X-Frágil e pensei: será um "x" mais *light*?

Então, é bom que a sociedade catarinense saiba que a Síndrome do X-Frágil é gerada por deficiência genética e hereditária e provoca retardo mental. E esse projeto de autoria do deputado Edison Andrino quer exatamente criar um dia e uma semana para se discutir, deputado Lício Mauro da Silveira, esse assunto da deficiência genética e hereditária que causa retardo mental, mas que por ser algo diferente e não tão propalado acaba não sendo diagnosticado precocemente, levando depois as pessoas e as crianças ao retardo mental.

Então, eu só fiz questão de fazer este registro porque com certeza algumas pessoas que nos assistem neste momento não sabem o que é a Síndrome do X-Frágil, nome complicado que fala de uma região frágil do cromossomo X e que desde 70 os cientistas identificaram a mutação que ocorria no gene, parte do cromossomo MFR-1.

A diferença explica a falha do cromossomo X e é por isso que este assunto precisa ser discutido por todos em Santa Catarina.

Eu queria fazer somente este registro, sr. presidente.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, também discutimos esse assunto na comissão de Saúde. Por isso quero parabenizar o autor do projeto e dizer que vou votar favoravelmente.

Esse dia será muito importante para a população catarinense, para ela possa inteirar-se do assunto. Por isso o deputado Edison Andrino, autor da matéria, está propondo um dia para discutirmos o problema. Eu mesma não sabia que existia a Síndrome do X-Frágil e na comissão de Saúde discutimos a respeito.

Então, sr. presidente, eu quero declarar novamente o meu voto favorável e cumprimentar o autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Informamos aos srs. deputados que assumirá a Presidência, a partir de agora, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0307/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart; 0308/2009, 0309/2009 e 0310/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0313/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos; e 0314/2009 e 0315/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon.

A Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0578/2009, 0579/2009, 0580/2009, 0581/2009, 0582/2009, de autoria da deputada Ada De Luca; 0583/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0584/2009, 0585/2009, 0586/2009, 0587/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0588/2009, 0589/2009, 0590/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0592/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0593/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0594/2009, 0595/2009...

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, eu gostaria de subscrever o Requerimento n. 0594/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo concordância do deputado Nilson Gonçalves, v.exa. poderá também subscrever o requerimento.

A Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0597/2009, 0598/2009, 0599/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0600/2009 e 0601/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima...

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, eu gostaria de subscrever também estes dois requerimentos de autoria da deputada Ana Paula Lima.

(A autora aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo concordância da deputada Ana Paula Lima, v.exa. poderá subscrever o requerimento, como também o deputado Padre Pedro Baldissera, que acena pedindo, da mesma forma, para subscrevê-lo.

A Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0602/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0603/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0604/2009, 0605/2009, 0606/2009, 0607/2009, 0608/2009, 0609/2009, 0610/2009, 0611/2009, 0612/2009, 0613/2009, 0614/2009, 0615/2009, 0616/2009 e 0617/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0575/2009, 0576/2009 e 0577/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0596/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro da Justiça e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, apelando pela elaboração de projeto de lei que permita às entidades beneficentes e filantrópicas promover e realizar bingos sociais com finalidade de custeio e manutenção da entidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, a ser enviada ao secretário Especial da Aquicultura e Pesca, solicitando a instalação de uma delegacia no município de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao presidente da República, solicitando a edição de medida provisória liberando recursos financeiros para recuperar os prejuízos provocados pela seca em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, eu quero solicitar que seja feita a verificação de quórum.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu peço para discutir, regimentalmente, o Pedido de Informação n. 71, de minha autoria. Ele não pode ser deliberado, mas peço para discutir a matéria, porque está ainda na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - É visível a falta de quórum, por isso nem precisamos pedir que seja feita a chamada.

Então, suspendo a votação das moções e entro na discussão do pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita do governador do estado informações sobre os vencimentos dos delegados de polícia no período de 2003 a 2009.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, só quero lembrar que temos ainda o pronunciamento, pelo tempo de dez minutos, de André Gaidzinski, do Cejesc, conforme acordo de lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu quero até me desculpar pela insistência, mas preciso discutir essa matéria hoje porque eu já queria tê-la discutido ontem, mas não consegui chegar ao plenário em face de outra agenda, e não posso esperar para amanhã também.

Trata-se do Pedido de Informação n. 0071/2009 através do qual solicito informações ao governo sobre o vencimento dos delegados de polícia no estado de Santa Catarina. Quero que o governo informe a esta Casa qual o vencimento do delegado de polícia no período de 2003 a 2009; quais as datas dos reajustes ou reposições de vencimentos dos delegados nesse período e quais as leis que autorizaram esses reajustes ou reposições.

O assunto deste pedido de informação é muito importante, deputado Padre Pedro Baldissera, porque a nossa briosa classe da Polícia Civil, que tem sido pouco defendida, encontra-se, eu diria, na pior fase da sua existência, deputado Darci de Matos. A desmotivação que assola hoje todos os servidores da Segurança Pública de Santa Catarina é gigantesca. E não é só a Polícia Militar que se encontra um estado de desânimo generalizado.

Mas nós temos falado muito nesta Casa, deputado Padre Pedro Baldissera, sobre esse assunto porque temos um deputado que é militar em nosso meio, que é o deputado Sargento Amauri Soares, que tem trazido com frequência esse assunto ao plenário. Por isso esta Casa e nós, parlamentares, temos cobrado com muita insistência o cumprimento da Lei Complementar n. 254.

Mas até quando falamos, deputado Moacir Sopelsa, sobre o cumprimento da Lei Complementar n. 254, a nossa referência principal é sempre a Polícia Militar, talvez até porque nós nos recordemos, quando da aprovação dessa lei, que as galerias estavam lotadas de policiais militares que, pela própria farda, acabaram chamando mais atenção. E muitas vezes, deputado Padre Pedro Baldissera, nós nos esquecemos de lembrar ao governo que toda a categoria da Polícia Civil também se encontra em situação de abandono, de descrença e de desmotivação generalizada.

Trago este assunto em pauta porque eu me comprometi com vários colegas, servidores públicos, amigos, delegados de

polícia, deputado Elizeu Matos, que têm manifestado, em cada oportunidade que conversamos, a sua descrença, a sua desilusão, o seu desânimo por conta das condições salariais e de trabalho na Polícia Civil. Nós temos situações de falta de delegados na maioria dos municípios de Santa Catarina. Até nas comarcas temos situações de delegados nomeados por falta de delegados concursados. Mas o pior, deputado Darci de Matos, é que nós começamos a perder agora aquele que é o maior patrimônio da Polícia Civil: o servidor.

Eu recebi, nos últimos dias, mais de uma dezena de *e-mails* de servidores da Segurança Pública, de delegados, de comissários de polícia, colocando a situação de descrença, de desânimo generalizado. Nós temos, hoje, policiais civis, deputado Pedro Baldissera, que já podem ingressar nos programas de renda mínima para a aquisição de casa popular, aqueles que exigem como renda familiar o limite de três salários mínimos. E pasme v.exa.: tenho depoimentos aqui, e pretendo debater diariamente esse tema, de comissários, de servidores da Segurança Pública que percebem menos de três salários mínimos mensais.

Um delegado de polícia com mais de dez anos de carreira, deputado Pedro Baldissera, por incrível que pareça, está ganhando, aproximadamente, dez salários mínimos, deputado Moacir Sopelsa, algo em torno de R$ 4 mil. V.Exa. acredita que é possível motivar um profissional, como um delegado de polícia, com a responsabilidade que tem, de uma carreira jurídica não reconhecida e valorizada como tal, a trabalhar com ânimo com uma renda dessas?!

Mas está aberto na secretaria da Fazenda - e eu gostaria de cumprimentar o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, por aquilo que ele fez na administração, e tenho certeza de que fará muito mais - um concurso público para a contratação de contador da Fazenda Estadual, com um salário inicial de R$ 7.226,00. Acho que esse profissional tem que ser bem remunerado, mas se olharmos para outro funcionário não menos importante, que é o delegado de polícia, com a responsabilidade que tem, com dez anos de serviço, veremos que está ganhando menos de R$ 4 mil por mês, deputado Padre Pedro Baldissera! Com esse salário nenhum profissional se sente motivado a desempenhar um papel de tanta responsabilidade.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli. V.Exa. tem razão quando faz um apelo para que o governo reconheça que tem de melhorar o salário do servidor público. E no que diz respeito aos delegados, v.exa. tem também total razão.

Eu estive em contato, esta semana, com dois delegados de Joinville, um delegado e uma delegada de polícia, e só acreditei no salário que eles recebem quando vi o holerite. É muito pouco, em torno de R$ 4 mil, R$ 4,5 mil, chegando a R$ 6 mil em virtude das excessivas horas extras.

Então, como vamos esperar, sr. presidente, um trabalho comprometido, um trabalho sério de um delegado da Segurança Pública de Santa Catarina que recebe somente em torno de dez salários mínimos? Todas as categorias precisam de uma melhoria salarial, mas a questão dos delegados é uma questão que precisa ser revista urgentemente. E pretendemos levar esse assunto para a comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Por isso, temos que começar a discutir esse assunto nesta Casa; por isso, a minha insistência até para iniciar esse debate hoje, deputado Darci de Matos, porque quanto ao que v.exa. ouviu, basta abrirmos a oportunidade de os delegados se manifestarem que começaremos a perceber o desencanto.

Quero dizer a v.exa. que também só acreditei que o salário é tão baixo, tão miserável, quando pedi para ver um contracheque, deputado Pedro Baldissera. Pedi para um delegado amigo meu mostrar-me o contracheque, porque eu não podia acreditar que um delegado de polícia do estado de Santa Catarina, presidente deputado Moacir Sopelsa, estivesse com o salário tão achatado, tão irrisório, tão desqualificado como está. Esse salário não reconhece, não valoriza, não prestigia, não motiva servidor nenhum, muito menos um delegado de polícia, que tem tamanha responsabilidade, mas que trabalha em condições precárias, sem um quadro de pessoal suficiente para atender a demanda. Esse servidor não encontra mais forças para trabalhar, por conta de tantas promessas não cumpridas pelo atual governo, de encaminhar um plano de cargos e salários, de reconhecer essa carreira como carreira jurídica, de valorizar e prestigiar esse servidor tão importante para combater aquilo que é a grande preocupação da família catarinense, brasileira, que é o crescimento da violência.

Eu não vou começar a apresentar os dados ainda. Mas é claro que, quando o fizer, será preservando o nome desse servidor. Mas os depoimentos que tenho, deputado Moacir Sopelsa, são dramáticos. Se forem colocados desta tribuna, tenho certeza de que haverá de começar a sensibilizar, no mínimo, este Poder, para que possamos convencer o governo de que é passada a hora de o governo encaminhar a esta Casa Legislativa um projeto de lei que possa recuperar a dignidade do delegado de polícia, dos servidores da Segurança Pública de Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Esse assunto pretendo discutir diariamente, até o dia em que o governo se comprometa, efetivamente, a resgatar a dignidade desses importantes servidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Cumprimentamos o prefeito Valdir Zanella e o vice-prefeito Volnei Schmidt, de Ipumirim.

Sejam muito bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Presidente, apenas gostaria de dizer que esteve em meu gabinete, hoje, o prefeito de Ipumirim, que, aliás, tem uma grande admiração por v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ele é do seu partido, deputado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - É meu companheiro de partido, mas seu admirador também, assim como este deputado. E nós discutimos o assunto, que ele já conversou com v.exa. também, referente à perda do movimento econômico dos municípios da região. E como v.exa. é o líder daquela região, quero colocar-me à sua disposição.

Comprometi-me com o prefeito a iniciar uma discussão na busca da recomposição da renda daqueles municípios, porque os índices caem cada vez mais, assustadoramente, inviabilizando as administrações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos para que o requerimento do deputado Darci de Matos, no qual pede a distribuição de materiais da Cejesc e a formalização do convite aos srs. deputados, possa efetivar-se.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham pela TVAL, quero registrar, no final da sessão do dia de hoje, que temos em Florianópolis, como havíamos anunciado ontem, a presença de mais de mil agricultoras e agricultores familiares que vieram de todas as regiões do estado de Santa Catarina. Eles se deslocaram para a capital do estado com a sua pauta de reivindicações, na expectativa de verem atendidos os seus pleitos. Chegaram no período da manhã e neste momento estão na secretaria da Agricultura em audiência com o secretário.

Quero também registrar a insatisfação pela forma como o governo do estado tratou essas lideranças, que no início do mês de abril entregaram sua pauta ao secretário da Agricultura, deputado Antônio Ceron. A pauta foi entregue e discutida com o secretário Valdir Cobalchini, no início da semana passada e hoje à tarde fomos ao secretário da Agricultura e constatamos que não houve uma articulação no governo, do secretário de Articulação Política com o secretário da Agricultura. Então, os agricultores acabaram hoje, novamente, não tendo uma resposta concreta por parte do governo do estado quanto às suas reivindicações.

Está havendo uma negociação, para que amanhã ocorra uma reunião com o secretário Cobalchini, os secretários da Agricultura e da Fazenda do governo do estado. A expectativa é que de fato os agricultores tenham uma audiência com o governador Luiz Henrique para discutir concretamente sua pauta, que fala no Orçamento do estado, na questão da estiagem,

fala de um conjunto de políticas na área da compensação ambiental e em tantas outras coisas que os agricultores familiares necessitam como categoria.

Já registrei ontem, nesta Casa, que é um bom momento para fazer esse debate sobre o Orçamento de Santa Catarina. Estamos começando um roteiro de viagens pelo estado para discutir o Orçamento. E essa vai ser uma grande discussão que pretendemos fazer no debate do Orçamento Regionalizado, no sentido de ampliar os recursos de 0,10% para, no mínimo, 5% para esse setor tão importante para a economia catarinense.

Mas quero também aproveitar o dia de hoje para cumprimentar o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estará amanhã nesta capital, pela sua iniciativa de socorrer os municípios que tiveram queda na arrecadação por algum motivo e principalmente por alguns impactos decorrentes da crise que vem afetando o nosso país, que não é nossa, que não foi criada pelos brasileiros, pelo Brasil, mas que está-nos afetando.

Então, a iniciativa do presidente Lula, do governo federal, de socorrer os municípios e repassar os recursos que os mesmos tinham no ano passado, é louvável, é uma iniciativa de um presidente, de um governo que escuta, que dialoga, que ouve os municípios e toma iniciativas.

No caso também da estiagem em nosso estado, tivemos uma audiência no ministério da Integração Nacional, na semana passada, da qual este deputado participou juntamente com a senadora Ideli Salvatti, com o deputado federal Cláudio Vignatti, com o deputado Gervásio Silva, que coordena o Fórum Parlamentar Catarinense, com o deputado Celso Maldaner e outros. E o governo está-se comprometendo a repassar R$ 200 mil para os municípios que estão sendo atingidos pela estiagem e que decretaram estado de emergência.

Então, o governo federal tem sido muito ágil nessa expectativa de acompanhar e atender os pleitos dos municípios, ou seja, da população em geral. E agora ainda há a questão dos agricultores que estão no processo de negociação em nível nacional.

Esperamos que o governo do estado e o governo federal atendam as reivindicações. Esperamos que o governador Luiz Henrique atenda as reivindicações dos agricultores familiares. Está lá também a negociação das entidades, da Fetraf/Sul, sobre as dívidas contraídas pelos agricultores, que pela perda de safra aqui no sul, em função da estiagem, das enxurradas, das chuvas, estão em dificuldades.

Então, esse é o registro que queríamos fazer hoje, de que estamos na expectativa, acompanhando as reivindicações dos agricultores junto ao governo do estado e também acompanhando o atendimento da pauta de reivindicações por parte do governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO

EXTRATO 052/2009

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 007/2009, referente Pregão Presencial CL nº 011/2009.
OBJETO: Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata, até 05 de maio de 2010.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei n.º10.520/2002, Ato da Mesa n.º 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decreto nºs. 3.555/2000 e 3.931/2001, Pregão Presencial nº 011/2009.

LOTE 02

Item	Qtd	Un	Material	V. Unitário
01	100	Un	Cadeira Fixa,Braço Fixo, Espaldar Médio, Revestimento Azul	R$ 170,00
02	100	Un	Cadeira Fixa Braço Fixo, Espaldar Medio, Revestimento Verde	R$ 170,00
03	100	Un	Cadeira Fixa, Sem Braço, Espaldar Médio, Revestimento Azul	R$ 130,00
04	100	Un	Cadeira Fixa, Sem Braço, Espaldar Medio, Revestimento Verde	R$ 130,00
05	100	Un	Cadeira Giratoria Braço Fixo, Espaldar Alto, Revestimento Azul	R$ 200,00
06	100	Un	Cadeira Giratoria Braço Fixo, Espaldar Alto, Revestimento Verde.	R$ 200,00
07	100	Un	Cadeira Giratoria Braço Fixo, Espaldar Medio, Revestimento Azul	R$ 196,50
08	100	Un	Cadeira Giratoria, Braço Fixo, Espaldar Médio, Revestimento Verde	R$ 190,00
09	100	Un	Cadeira Giratoria, Braço Regulagem Altura,Espaldar Médio Revestimento Azul	R$ 270,00
10	100	Un	Cadeira Giratoria, Braço Regulagem Altura, Espaldar Médio, Revestimento Verde	R$ 270,00
11	100	Un	Cadeira Giratoria Sem Braco, Espaldar Médio Revestimento Azul	R$ 220,00
12	100	Un	Cadeira Giratoria Sem Braço, Espaldar Médio, Revestimento Verde;	R$ 220,00
13	100	Un	Longarina 01 Assentos, 02 Mesas, Revestimento Azul	R$ 260,00
14	100	Un	Longarina 01 Assentos, 02 Mesas, Revestimento Verde	R$ 260,00
15	100	Un	Longarina 02 Assentos, 01 Mesa, Revestimento Azul	R$ 350,00
16	100	Un	Longarina 02 Assentos, 01 Mesa, Revestimento Verde	R$ 350,00
17	100	Un	Longarina 03 Assentos, Revestimento Azul	R$ 400,00
18	100	Un	Longarina 03 Assentos, Revestimento Verde	R$ 400,00
19	5	Un	Cadeira Tipo Caixa, Giratoria, Sem Braço Revestimento Azul	R$ 270,00

1ª REGISTRADA: AMN INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
Endereço: Rua Visconde de Cairú, Estreiro, Florianópolis/SC
CEP 88675-000
CNPJ n. 04.527.168/0001-00 Fone/fax (48) 3203 - 2010 ou 9161 - 0007
2ª REGISTRADA: ELO MOVEIS LTDA
3ª REGISTRADA: INDUSTRIA DE MOVEIS CEQUIPEL PARANA LTDA
Florianópolis, 05 de maio de 2009.
Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

LEI

LEI Nº 14.693, de 14 de maio de 2009

Autoriza o Poder Executivo a reestruturar o saldo da dívida do Estado de Santa Catarina com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vinculada ao Contrato nº 080/PGFN/CAF, de 27 de setembro de 2001, e a prestar as necessárias garantias.

Faço saber que o Governador do Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 51 da Constituição Estadual, adotou a Medida Provisória nº 149, de 15 de abril de 2009, **e eu, Deputado Jorginho Mello, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado**, para os efeitos do disposto no § 8º do art. 315 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à reestruturação do saldo da dívida do Estado de Santa Catarina com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vinculada ao Contrato nº 080/PGFN/CAF, de 27 de setembro de

2001 que apresenta, em 31 de março de 2009, o saldo de R$ 882.744.797,38 (oitocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e setecentos e noventa e sete reais e trinta e oito centavos), correspondente a cento e quarenta prestações mensais remanescentes, de um total de duzentas e dezesseis prestações anteriormente pactuadas.

Art. 2º A reestruturação do saldo da dívida de que trata esta Lei dar-se-á da seguinte forma:

I - no prazo de doze meses, contados da data da publicação da Medida Provisória nº 149, de 15 de abril de 2009, o pagamento do serviço da dívida corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço devido;

II - nos seis meses subsequentes, o pagamento do serviço mensal será correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor devido;

III - após o prazo assinalado no inciso anterior o saldo atualizado será reestruturado, de forma que as prestações devidas sejam iguais ou mais próximas dos valores atualmente desembolsados.

Art. 3º Deverão permanecer inalterados a forma de cálculo pela Tabela Price, a atualização pelo INPC e os juros do contrato original, fixados em 6,828% (seis vírgula oitocentos e vinte e oito por cento) ao ano.

Art. 4º Para os efeitos do que determina o art. 115, § 2º, da Constituição Estadual, as dotações orçamentárias já existentes no Orçamento do Estado para atender ao serviço dessa dívida serão readequadas de acordo com os novos valores reestruturados no Plano Plurianual de 2008/2011, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias subsequentes, até a efetiva quitação da dívida de que trata esta Lei.

Art. 5º Em conformidade com o disposto no art. 167, § 4º, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159 da Constituição Federal, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 14 de maio de 2009

Deputado JORGINHO MELLO
Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 118/09
ASSOCIAÇÃO TERAPÊUTICA NOVO AMANHECER - ATENA

Of. Nº 079/09 Mafra, 12 de maio de 2009.
À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
Florianópolis - SC

Com os cordiais cumprimentos, servimo-nos do presente para encaminhar o Balanço Patrimonial (Prestação de Contas), relativo ao ano de 2008, conforme exigência da lei de utilidade Publica Estadual, (anexo).

Nossa entidade é sem fins lucrativos e possui um programa terapêutico conhecido como Comunidade Terapêutica, com duração de 06 (seis) meses para o sexo masculino.

Sendo o que havia para o momento, aproveitamos a oportunidade para externar nossos sinceros protestos de estima e consideração e convidamos a conhecer nssa entidade.

Atenciosamente
Anete de Fátima Woehl
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 14/05/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 119/09
Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode

Ofício nº 12/2009 Pomerode-SC, em 27 de abril de 2009.
Exmo Sr.
Deputado JORGINHO MELLO
DD Presidente Alesc
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC
Prezado Senhor,

Cumprimentando-vos cordialmente, vimos mui respeitosamente solicitar a V.Sª., a renovação do nosso Título de Utilidade Pública Estadual. Para tal e de acordo com a Lei nº 13.663 de 28 de dezembro de 2005, Art. 3º, anexamos os documentos abaixo relacionados:

1. Relatório circunstanciado de Atividades ref ao exercício de 2008;
2. Cópia autenticada do Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.08; e
3. Declaração da entidade, registrada em cartório, consignando a data de todas as alterações estatutárias e confirmando o cumprimento das exigências do inciso VI, do art. 2º, desta Lei.

Sendo o que se apresentava para o momento, subscrevemo-nos
Atenciosamente,
MANFRED ACHTERBERG
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 13/05/09

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 120/09
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO

Ofício SCA/GABS r Florianópolis, 6 de maio de 2009.
Ao Senhor
LONARTE SPERLING VELOSO
Presidente da Comissão de Controle Interno
Senhor Presidente,

Envio a Vossa Senhoria, para conhecimento, relatório de Atividades - 2008/2009, da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Içara.

Atenciosamente,
Valdir Vitals Cobalchini
Secretário de Estado

Lido no Expediente
Sessão de 13/05/09

*** X X X ***

OFÍCIO 121/09
UNIÃO DOS ESCOTEIRO DO BRASIL REGIÃO DE SANTA CATARINA

Of. Nº 054/09 Joinville, 07 de maio de 2009.
Sr. Deputado Estadual Jorginho Mello
MD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC
Prezado Senhor,

Atendendo o disposto no Art. 3º da Lei 14.182, de 01 de novembro de 2007, estamos encaminhando em anexo os seguinte documentos:

* Relatório anual de Atividades 2007-2008;
* Certidão de funcionamento e regularidade com os relatórios anuais, emitida por órgão legislativo municipal.
* Balanço Patrimonial.

Sendo o que tínhamos para o momento, e colocando-nos à disposição, despedimo-nos com o nosso fraternal.
Sempre Alerta Para Servir!
Roberto Murilo Coutinho
Gerente do Escritório Regional

Lido no Expediente
Sessão de 13/05/09

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 886, de 14 de maio de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DANILO CÉSAR BALESTRA LUNARDI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 887, de 14 de maio de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GIOVANA MORAES BUCH, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 888, de 14/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ADEMAR BERTAN,** matrícula nº 1603, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-61, no Gabinete do Deputado José Cardozo.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 889, de 14/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Jurani Acelio Miranda	2281	3%	18%	03/04/09	0789/09
Ruth Anselmo Nunes	4252	3%	06%	01/05/09	0793/09
Regina Maura Santos Soares	1223	3%	33%	03/05/09	0825/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 890, de 14/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Rosana Bunn Zacchi	4251	3%	36%	17/11/08	0761/09
Angela Maria Back Koerich	2038	3%	33%	05/05/09	0780/09
Waldo Luiz Gelosa Filho	4249	3%	06%	01/05/09	0781/09
Alessandro Tramontin	4054	3%	06%	02/05/09	0782/09
Maria Beatriz de Souza	3755	3%	06%	02/05/09	0783/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 891, de 14/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 017/2009:

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelato	Pregoeiro substituto
2170	José das Neves Filho	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
1332	Helio Estefano Becker Filho	
0947	Valter Euclides Damasco	

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 892, de 14/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0810/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **ELENICE MARTINS FERREIRA RAMOS**, matrícula nº 2022, por 30 (trinta) dias, a contar de 08 de maio de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 893, de 14/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0811/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **JOSÉ MAURICIO CORDEIRO**, matrícula nº 1933, por 30 (trinta) dias, a contar de 05 de maio de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 894, de 14/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo n.º 0816/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63,* caput*, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor **PAULO DA SILVA PACHECO**, matrícula n.º 1596, por 90 (noventa) dias, a contar de 04 de maio de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 895, de 14/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1848	Ivan Althoff de Medeiros	90	03/04/09	0845/09
1840	Jacson Ferreira	40	28/04/09	0846/09
1369	Marilea Marcon Correa	180	08/05/09	0848/09
2106	Ana Maria Baggio da Silva	14	11/05/09	0847/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 158/09

Declara de utilidade pública a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, com sede no município de Santa Rosa de Lima.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, com sede no município de Santa Rosa de Lima.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Décio Góes

Lido no Expediente
Sessão de 14/05/09

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo precípuo assegurar à entidade beneficiada todos os direitos previstos em lei.

Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, criada aos 18 dias do mês de junho de 1999 sediada em Santa Rosa de Lima, atua em prol do desenvolvimento do agroturismo. A entidade surgiu no território das "Encostas da Serra Geral" e hoje atua em 30 municípios catarinenses, beneficiando diretamente 180 famílias de pequenos agricultores.

Além disso, a Associação se destina a implementar e desenvolver o agroturismo em Santa Catarina, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares a ela associados oferecendo alternativas para que permaneçam no meio rural resgatando sua história e sua cultura e fortalecendo uma prática produtiva dentro dos princípios da agroecologia, de proteção e de recuperação do ambiente natural.

Pelo acima exposto, considerando os relevantes serviços desenvolvidos, percebe-se inequivocamente o caráter social das atividades realizadas pela referida Entidade, que por não ter fins lucrativos necessita do amparo e da contra partida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência dos seus trabalhos.

Assim, submetemos à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação desta proposta que visa declarar de utilidade pública a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 159/09

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Caldas da Imperatriz, com sede no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores de Caldas da Imperatriz com sede no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Décio Góes

Lido no Expediente
Sessão de 14/05/09

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo precípuo assegurar à entidade beneficiada todos os direitos previstos em lei.

Associação de Moradores de Caldas da Imperatriz, fundada em 29 de dezembro de 1999, com sede social no bairro de Caldas da Imperatriz, congrega as comunidades de Caldas da Imperatriz e Poço Fundo, no município de Santo Amaro da Imperatriz.

A Associação tem por objetivo promover atividades sociais, culturais e desportivas bem como zelar pela melhoria das condições de vida e do embelezamento dos bairros e por fim promover e assistir as pessoas carentes.

Pelo acima exposto, considerando os relevantes serviços desenvolvidos, percebe-se inequivocamente o caráter social das atividades realizadas pela referida Entidade, que por não ter fins lucrativos necessita do amparo e da contra partida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência dos seus trabalhos.

Assim, submetemos à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação desta proposta que visa declarar de utilidade pública a Associação de Moradores de Caldas da Imperatriz

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 160/09

Declara de utilidade pública o Coral Renascer, com sede no município de Criciúma.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Coral Renascer com sede no município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Décio Góes

Lido no Expediente
Sessão de 14/05/09

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo precípuo assegurar à entidade beneficiada todos os direitos previstos em lei.

O Coral Renascer, fundada em 16 de abril de 1996, com sede no bairro Próspera, na cidade de Criciúma, tem o objetivo de cultivar e praticar o canto coral, desenvolvendo a cultura musical em seus membros e na comunidade.

O Coral Renascer tem caráter civil, sem fins lucrativos, sem cor político-partidária nem de qualquer outra natureza discriminatória

Pelo acima exposto, considerando os relevantes serviços desenvolvidos, percebe-se inequivocamente o caráter social das atividades realizadas pela referida Entidade, que por não ter fins lucrativos necessita do amparo e da contra partida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência dos seus trabalhos.

Assim, submetemos à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação desta proposta que visa declarar de utilidade pública o Coral Renascer.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0064.6/2008

O Projeto de Lei nº 0064.6/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº PL/0064.6/2008

Cria a Semana Estadual de Ações de Defesa Civil.

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Semana Estadual de Ações de Defesa Civil.

Parágrafo único. A Semana Estadual de Ações de Defesa Civil será comemorada anualmente, de 18 a 24 de maio.

Art. 2º Fica instituído o dia 18 de maio como o Dia Estadual de Ações de Defesa Civil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em

Deputado Jean Kuhlmann

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 05/05/09

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 06/05/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 064/08

Cria a Semana Estadual de Ações de Defesa Civil.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Semana Estadual de Ações de Defesa Civil.

Parágrafo único. A Semana Estadual de Ações de Defesa Civil será comemorada anualmente, de 18 a 24 de maio.

Art. 2º Fica instituído o dia 18 de maio como o Dia Estadual de Ações de Defesa Civil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 149/2008

Autoriza o Poder Executivo a reestruturar o saldo da dívida do Estado de Santa Catarina com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vinculada ao Contrato nº 080/PGFN/CAF, de 27 de setembro de 2001, e a prestar as necessárias garantias.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à reestruturação do saldo da dívida do Estado de Santa Catarina com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vinculada ao Contrato nº 080/PGFN/CAF, de 27 de setembro de 2001, que apresenta, em 31 de março de 2009, o saldo de R$ 882.744.797,38 (oitocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e setecentos e noventa e sete reais e trinta e oito centavos), correspondente a cento e quarenta prestações mensais remanescentes, de um total de duzentas e dezesseis prestações anteriormente pactuadas.

Art. 2º A reestruturação do saldo da dívida de que trata esta Lei dar-se-á da seguinte forma:

I - no prazo de doze meses, contados da data da publicação da Medida Provisória nº 149, de 15 de abril de 2009, o pagamento do serviço da dívida corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço devido;

II - nos seis meses subsequentes, o pagamento do serviço mensal será correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor devido;

III - após o prazo assinalado no inciso anterior o saldo atualizado será reestruturado, de forma que as prestações devidas sejam iguais ou mais próximas dos valores atualmente desembolsados.

Art. 3º Deverão permanecer inalterados a forma de cálculo pela Tabela Price, a atualização pelo INPC e os juros do contrato original, fixados em 6,828% (seis vírgula oitocentos e vinte e oito por cento) ao ano.

Art. 4º Para os efeitos do que determina o art. 115, § 2º, da Constituição Estadual, as dotações orçamentárias já existentes no Orçamento do Estado para atender ao serviço dessa dívida serão readequadas de acordo com os novos valores reestruturados no Plano Plurianual de 2008/2011, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias subsequentes, até a efetiva quitação da dívida de que trata esta Lei.

Art. 5º Em conformidade com o disposto no art. 167, § 4º, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159 da Constituição Federal, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 13 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0184.2/2008

Fica suprimido o art. 2º do Projeto de Lei nº 0184.2/2008, que Institui o Dia Estadual do Vinho, renumerando-se o art. 3º para art. 2º.

Sala da Comissão em,

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 13/05/09

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 14/05/09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 184/08

Institui o Dia Estadual do Vinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído no Estado de Santa Catarina o Dia Estadual do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 343/08

Revoga a Lei nº 11.201, de 1999, que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Rio do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 11.201, de 08 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial nº 16.287, de 09 de novembro de 1999, que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 003, de 13 de maio de 2009

Dá nova redação à ementa e ao art. 2º da Resolução nº 005, de 2008.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º A ementa e o art. 2º da Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Aprova o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

.....

Art. 2º Ficam revogadas as Resoluções n. 081, de 23 de dezembro de 2002, n. 001, de 15 de janeiro de 2004, n. 015, de 31 de dezembro de 2004, n. 005, de 23 de fevereiro de 2006, e n. 013, de 19 de setembro de 2006." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 13 de maio de 2009

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente

*** X X X ***